

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**QUILOMBOS E QUILOMBOLAS: A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA NA  
COMUNIDADE REMANESCENTE DO PAREDÃO BAIXO EM TAQUARA-RS.**

**ANDREA REGINA RAMOS**

**TAQUARA**

**2013**

**ANDREA REGINA RAMOS**

**QUILOMBOS E QUILOMBOLAS: A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA NA  
COMUNIDADE REMANESCENTE DO PAREDÃO BAIXO EM TAQUARA-RS.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Me. Elaine Smaniotto

**TAQUARA**

**2013**

Dedico este trabalho aos grandes amores da  
minha vida, meu marido Amilton e filhos, Felipe e  
Pedro... amor eterno!

## AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento, agradeço a Deus por ter me concebido a oportunidade de compartilhar minha vida com pessoas maravilhosas que me ensinaram a essência do verdadeiro “viver”.

Ao meu companheiro, amigo e grande amor Amilton só tenho a agradecer, pois foi devido à sua persistência que ingressei na faculdade de História, sem seu apoio incondicional nada teria sido possível. Não tenho palavras para descrever como foi importante sua presença ao meu lado durante esses cinco anos e meio de estudos, você foi o pai e por muitos sábados e noites, soube representar e mediar minha ausência junto aos nossos filhos queridos. Obrigada mais uma vez pelo carinho, atenção, amor, respeito, confiança e por saber suportar meus momentos de stress e angústias devido a tantas atividades.

Aos meus filhos queridos, peço perdão pelos momentos de ausência, mas quero que saibam que vocês são a razão do meu viver, todo caminho que percorri até este momento não teria sentido sem vocês ao meu lado, sorrindo, brincando, chorando e dividindo sentimentos maravilhosos. A cada partida minha em direção à Faccat, levei vocês sempre ao meu lado e a cada retorno, a alegria estava presente por saber que estava voltando para casa e anjos estariam me aguardando, muitas vezes já dormindo, mas estavam ali... um amor eterno à minha espera!

Meus pais queridos e amados (*in memoriam*), meu agradecimento a vocês será injusto, pois o prazer e o orgulho que vocês teriam em ler estas minhas singelas linhas seria maravilhoso. Pai e mãe, obrigada pelos ensinamentos que em vida me proporcionaram, pelo amor e dedicação, por me ensinarem a ser uma pessoa digna, por me mostrarem o verdadeiro sentido da felicidade. Agradeço a Deus pelos pais maravilhosos, os quais tenho o maior orgulho e respeito e que são minha inspiração para criar meus filhos. Sei que sempre estiveram comigo, orientando-me e guiando meus passos, porém, hoje, mais do que nunca, sei que estão me aplaudindo, estejam onde estiverem... obrigada!!!

Aos meus queridos familiares agradeço o apoio que recebi, as palavras de conforto e carinho, e por acompanharem minha jornada, torcendo de longe, pois a distância porém, a amizade verdadeira não tem limites.

Aos professores da Faccat todo meu carinho. Obrigada pelos ensinamentos e por estarem dispostos a lutar por uma educação de qualidade, baseada em comprometimento e respeito. Um agradecimento especial à professora Elaine, uma mulher exemplar, que ama o

que faz; minha orientadora, incansável que jamais mediu esforços para me auxiliar, seja com livros, atendimentos, sempre com uma palavra de conforto, uma nova ideia, além do minucioso olhar sobre o meu tema, acreditando na minha escolha. Elaine, você foi uma superior orientadora, sem palavras para te agradecer, pois alcancei meus objetivos com você ao meu lado, obrigada. A minha querida Dóris Fernandes, professora sem igual, que me ensinou desde os primeiros meses de faculdade o quanto a educação tem valor, de que a idade jamais será um percalço para quem deseja algo com fervor, um grande abraço.

Fernanda, nossos momentos foram, podemos dizer assim, diversificados: de alegria, muitas gargalhadas, trabalhos extensos, um bom chimarrão, dias e noites de conversas, dividindo nossas conquistas e angústias. Obrigada, amiga, pelo carinho e apoio que me dedicaste nessa nossa caminhada. Para finalizar, quero que saibas que nossa amizade ultrapassa os portões da Faccat, portanto, pode contar comigo sempre!

As minhas queridas amigas(os) que tantos momentos compartilhamos fica minha gratidão e respeito, seria injusto citar todos os nomes neste momento, pois correria o risco de deixar alguém de fora, pois hoje voltando um pouco ao início de tudo, vejo que foram tantos que fizeram parte dessa trajetória, foram encontros e reencontros de acordo com as disciplinas cursadas. A todas(os) só tenho a dizer que vou sentir saudades e que, com certeza, voltaremos a nos reencontrar em um outro momento das nossas vidas.

Aos amigos formandos de 2013, com os quais divido este momento tão especial de minha vida, compartilho minha felicidade, aprendendo a cada dia que cada um tem a sua história, porém, hoje, estamos mais do que nunca unidos pelo mesmo sentimento, conquistando mais uma etapa de nossas vidas, por isso somos todos vitoriosos!

"O sol de tua glória foi toldado... teu poema da América manchado, manchou-o a escravidão!"

*Antônio de Castro Alves*

## RESUMO

A escravidão no Brasil sempre foi um tema muito estudado e analisado no que diz respeito ao trabalho, forma de resistência, economia, dentre outros aspectos, mostrando que ela ocorreu de forma diferente e com peculiaridades específicas, variando de acordo com a região e os interesses. Pretende-se, com este trabalho, relatar a história do Quilombo do Paredão Baixo, localizado no Distrito da Fazenda Fialho, que pertence ao município de Taquara, destacando a Associação Quilombola que atua junto a essa comunidade enquanto instrumento de poder, objetivando obter o título de propriedade definitiva da terra e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social para todos os remanescentes dessa comunidade. O método está baseado em fontes bibliográfica, iconográfica e documental, com análise de informações. A pesquisa ocorreu no acervo bibliográfico das Faculdades Integradas de Taquara, na Prefeitura Municipal de Taquara e na sede da Associação Comunitária do Quilombo do Paredão Baixo. Os resultados parciais revelam que a comunidade em estudo está em processo de busca por sua territorialidade, interagindo com os órgãos governamentais, visando seus direitos constitucionais por intermédio da Associação Quilombola, além de estarem firmando sua identidade social e cultural junto à sociedade Taquarense.

**Palavras– chave:** Escravidão. Resistência. Quilombo. Territorialidade. Remanescentes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Mapa dos Sítios no Estado de Alagoas , 2013.....	39
<b>Figura 2:</b> Trabalhadores da Atafona do Sr. Elpídio Germano Brito, década de 1990.....	57
<b>Figura 3:</b> Desfile comemorativo ao 20 de setembro de 1906.....	59
<b>Figura 4:</b> Grupo de amigos animando baile no salão da Dona Palmira, 1940.....	60
<b>Figura 5:</b> Imagem de dona Anita Silva da Rosa, década de 1980.....	63
<b>Figura 6:</b> Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para a cidade de Taquara, 2010.....	66
<b>Figura 7:</b> Vista aérea do Quilombo do Paredão Baixo no Município de Taquara RS, 2013.....	67
<b>Figura 8:</b> Vista aérea do Quilombo do Paredão Baixo no Município de Taquara RS, tendo ao centro a Comunidade Quilombola do Paredão Baixo, 2013.....	68
<b>Figura 9:</b> Certificado de Remanescente Quilombola, 2007.....	71
<b>Figura 10:</b> Ficha de resumo do andamento do processo de titulação..2013.....	72
<b>Figura 11:</b> Hortêncio Hilário da Silva e Maria Jessi da Silva, 2013.....	75
<b>Figura 12:</b> Lourenço Onório M Silva, 1980.....	75
<b>Figura 13:</b> Anita Domingos da Silva, 2013.....	76
<b>Figura 14:</b> Elvira Maria Martins,2013.....	76
<b>Figura 15:</b> Almira da Silva Rosa, 2013.....	76
<b>Figura 16:</b> Maria Arlinda da Silva, 2013.....	76
<b>Figura 17:</b> José Hilário da Silva, 2013.....	76
<b>Figura 18:</b> Utilização de força animal nas plantações, 2013 .....	77
<b>Figura 19:</b> Comunidade Quilombola recebendo as caixas de água , 2012.....	78
<b>Figura 20:</b> Moradia de Remanescente Quilombola, 2013.....	80
<b>Figura 21:</b> Casa Quilombola do Paredão Baixo, 2013. ....	81
<b>Figura 22:</b> Escola Municipal de Ensino Fundamental RudiLindenmeyer,2012.....	81
<b>Figura 23:</b> Eleição da Associação de Moradores da comunidade Quilombola de Paredão Baixo, Taquara, 2013.....	83
<b>Figura 24:</b> José H. da Silva, junto a Associação Quilombola. Ano de 2013.....	84
<b>Figura 25:</b> Reunião na sede da Associação Quilombola do Paredão Baixo, 2013.....	85
<b>Figura 26</b> Igreja São Benedito, localidade do Paredão Baixo de Taquara, 2013.....	85
<b>Figura 27:</b> Imagem de São Benedito,2013.....	85



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Desembarque estimado de africanos entre 1786 até 1855.....	27
<b>Gráfico 2-</b> Árvore Genealógica do Quilombo do Paredão Baixo.....	75

## LISTA

<b>Lista 1-Comunidades de Remanescentes Quilombolas do Rio Grande do Sul .....</b>	<b>47</b>
--	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Tráfico Negreiro .....	26
<b>Tabela 2-</b> Comunidades Quilombolas com processos abertos em busca da titulação, por Região.....	37

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2. ESCRAVIDÃO NO BRASIL</b> .....	<b>17</b>
2.1. Brasil escravo .....	17
2.2 Colônia Brasil, construída e moldada com mão de obra escrava .....	18
2.3. Mudança necessária e lucrativa: de índios escravos para negros escravizados .....	21
2.4. Negros africanos: escravos em uma nova terra .....	25
<b>3 QUILOMBOLAS E QUILOMBOS NO SUL DO BRASIL</b> .....	<b>31</b>
3.1 Vida de escravo: trabalho, aculturação e resistência no Brasil .....	31
3.2 Quilombos: Esperança de uma nova vida.....	35
3.3 Quilombos e Quilombolas no Rio Grande do Sul.....	39
3.3.1 Resistência e participação na construção do nosso Estado.....	43
<b>4. O NEGRO E A SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA</b> .....	<b>50</b>
4.1. Taquara: História de colonização e empreendimento.....	50
4.2 Negro: mistura étnica na formação de Taquara .....	54
4.3 Quilombo do Paredão Baixo de Taquara .....	61
4.3.1 Buscando o certificado de Remanescente de Quilombo.....	68
4.3.2 Quilombo do Paredão, resistência, luta e envolvimento da comunidade .....	73
4.3.3 Associação Comunitária Quilombola do Paredão Baixo de Taquara-RS e sua importância para a comunidade local .....	82
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se ao estudo da trajetória dos Remanescentes Quilombolas do Paredão Baixo localizado no município de Taquara/RS no que diz respeito ao autorreconhecimento dessa comunidade pela Fundação Palmares, destacando a importância da Associação Quilombola enquanto instrumento de poder para obter o título de propriedade definitiva da terra e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social para todos os remanescentes dessa comunidade.

Até pouco tempo no Rio Grande do Sul, “quase nada se sabiam sobre os quilombos gaúchos, no máximo registrava-se a ocorrência do fenômeno rapidamente sem grandes comentários” (REIS e GOMES, 1996, p.295).

Atualmente, novos trabalhos revisionistas<sup>1</sup> mostram a presença muito forte da mão de obra escrava e, conseqüentemente, de Quilombos e Quilombolas. Pesquisas relatam que havia grande concentração de escravos nas terras sulinas, onde as charqueadas movimentavam o comércio e a exploração da mão de obra africana. A grande quantidade de escravos, junto a um trabalho exaustivo, geraram fugas e, conseqüentemente, a formação de quilombos. Segundo Rubert (2008, p.165),

Os territórios dos remanescentes das comunidades de Quilombos do RS foram constituídos a partir de processos contraditórios, que abarcam, concomitantemente, a operacionalização de mecanismos de segregação racial e estratégias ao preconceito e ao aprisionamento da força e tempo de trabalho após a abolição.

Em torno de um mundo de rejeição, aculturação<sup>2</sup> e trabalho exaustivo, os negros de nada podiam esperar e foi por meio de movimentos como a quilombagem que se formaram os Quilombos. Segundo Moura (1989, p.22),

---

<sup>1</sup> Nesse caso, entende-se por revisionista a reinterpretação de pesquisas já realizadas sobre determinado tema ou assunto.

<sup>2</sup>“O conceito de aculturação [...] surgiu na Antropologia; no entanto, devido à crescente interdisciplinaridade, a História também se beneficia da utilização das ferramentas de disciplinas como a Antropologia. [...] Watchel considera que a aculturação pode ser espontânea e útil para uma sociedade, a maioria dos outros autores acredita que ela é um fenômeno sempre de imposição cultural. Apesar das discordâncias podemos resumir a aculturação como um processo de imposição ou assimilação de valores socioculturais de uma sociedade por outra”. (SILVA; SILVA, 2006, p. 15 -17)

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis, econômico, social e militar e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

Esses negros viam o Quilombo como forma de resistência, no qual a liberdade poderia ser alcançada; por isso, onde havia escravidão nasciam quilombos, independente de qualquer circunstância ou área geográfica.

Muito da história dos quilombos perdeu-se junto com a extinção de comunidades quilombolas. As que resistiram ao passar dos tempos, hoje são chamadas de Remanescentes Quilombolas ou Quilombos Contemporâneos.

No Vale do Paranhana, mais exatamente no município de Taquara-R/S, “o uso da mão de obra escrava era corriqueiro em engenhos, atafonas e plantações, ajudando a movimentar a incipiente economia regional” (BARROS,2005, p.37).

De acordo com Martin N. Dreher (2012, p. 15),

Em geral, foi-nos contado que a posse de escravos foi proibida aos imigrantes alemães, entre os quais se encontram os fundadores de nossas comunidades. Isso vale para os anos posteriores a 1850. Nos anos anteriores a essa data, foram, sim, possuidores de escravos, batizaram seus filhos e, por vezes, permitiram que recebessem a benção matrimonial de um pastor. Aqueles que já possuíam escravos continuaram a tê-los até 1988.

Existe uma lacuna na historiografia local e regional no que diz respeito à formação, resistência e luta de Remanescentes Quilombolas do município de Taquara, tanto que durante o Estágio do Ensino Médio, a autora desta monografia solicitou uma pesquisa para os seus alunos sobre os Quilombos do Brasil e foi orientada a desenvolver uma pesquisa sobre o Quilombo Remanescente existente em Taquara, o Quilombo do Paredão Baixo. Essa sugestão foi uma grande surpresa, pois não sabia da existência de uma comunidade Remanescente Quilombola no município de Taquara, local em que estuda e também trabalha. Os alunos desenvolveram a pesquisa proposta e, durante esse processo, surgiram questionamentos que fizeram perceber essa lacuna. Diante disso, decidiu-se realizar este TCC sobre o Quilombo Remanescente do Paredão Baixo.

Nesse sentido, desenvolver um estudo de caso torna-se de suma relevância, sendo que pesquisar-se-á a trajetória de uma Comunidade Quilombola específica, a dos Remanescentes Quilombolas do Paredão da cidade de Taquara no RS. Por isso, é preciso “[...] um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o Estudo de Caso possibilita a penetração em

uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (MARTINS, 2008, p.9).

A pesquisa sobre o Quilombo do Paredão é uma questão de grande relevância por esta ser uma das principais Comunidades de Remanescentes Quilombolas<sup>3</sup> do município de Taquara e pouco se saber sobre a mesma, tanto que no próprio meio acadêmico em que esse estudo está sendo realizado, a saber: as Faculdades Integradas de Taquara, não há estudos até o presente momento sobre essa Comunidade. A pesquisa também vai ao encontro da Lei 10.639 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos e da cultura africanas e afro-brasileiras, valorizando a sua atuação no passado e no presente, dentro de um contexto nacional e também regional/local, possibilitando que esses conhecimentos sejam disseminados em sala de aula. Por meio desta pesquisa, buscar-se-á proporcionar um maior conhecimento sobre o tema, acreditando ser esse de relevância social.

A partir do momento em que delimitamos o espaço temporal e geográfico, passou-se a realizar questionamentos diversos para nortear o trabalho: Como formou-se o Quilombo do Paredão Baixo de Taquara/RS? Qual foi a trajetória percorrida pela comunidade Remanescente do Paredão Baixo no que diz respeito ao reconhecimento como remanescentes quilombolas e qual a importância para uma comunidade descendente de quilombos receber o reconhecimento e o certificado de remanescentes quilombolas? Qual a importância da Associação da Comunidade, no que diz respeito à existência e permanência dessa comunidade como Remanescente de um Quilombo na efetivação do título da propriedade definitiva da terra e de políticas públicas de inclusão social para todos os Remanescentes do Paredão Baixo?

Após decidirem-se as questões norteadoras, passou-se a traçar objetivos, que serviram de guia durante a realização desta pesquisa: contextualizar historicamente a formação de Quilombos no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Taquara para melhor entender a trajetória dos afrodescendentes, averiguar como se constitui a comunidade do Paredão, analisar as mudanças ocorridas nos quilombos remanescentes após a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, especificamente no que diz respeito ao artigo 68, para

---

<sup>3</sup> Esse território passa a se denominar como um espaço de resistência. Compactamos da ideia de que “o território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização”. (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p.122)

compreendermos a real importância da efetivação da lei, identificar as razões que levaram a formação de uma Associação Quilombola junto a Comunidade.

Para desenvolver a pesquisa, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise de imagens, sendo que as fontes bibliográficas auxiliaram no esclarecimento de conceitos, questões e fundamentando do projeto. Para isso, far-se-á o uso das palavras de diferentes autores que estudam e pesquisam sobre o tema escolhido. Também far-se-á uso da documentação existente na própria comunidade do Paredão.

A utilização de imagens nesta pesquisa será de grande valia. Paiva (2006, p.19) ressalta que “o uso da imagem [...] pelo historiador vem propiciando a apresentação de trabalhos renovadores e também, instigando novas reflexões metodológicas”. As imagens são plenas de representações, elas já não são mais vistas como algo a ilustrar um documento, para deixar o texto mais colorido. Vê-se que os historiadores mostram novo olhar sobre as imagens, indagando-as e dialogando com as mesmas, interpretando-as como algo a enriquecer a pesquisa.

Nesta pesquisa, terá abordagem qualitativa com metodologia descritiva, em que os processos sociais são interpretados levando em conta as particularidades e as transformações que ocorrem com o passar dos tempos. Sendo assim, Creswell (2007,p.141) esclarece que “[...] os pesquisadores qualitativos usam cada vez mais lentes ou perspectivas teóricas para guiar seu estudo e levantar questões de gênero, classe e raça (ou uma combinação entre elas), que gostariam de abordar”.

A referência teórica para a realização desta pesquisa insere-se na História Cultural e Regional com estudo de caso, sendo que o projeto desenvolverá uma análise da trajetória do Quilombo Remanescente do Paredão Baixo localizado no município de Taquara/RS ao longo do processo de sua formação, dando um enfoque especial para a Associação Quilombola dessa comunidade, objetivando a unidade, permanência e busca por seus direitos da posse definitiva da terra. Entendendo comunidade enquanto “sistema altamente especializado de reprodução cultural” (SILVA, 2008, p.194).

No que se refere à História Cultural, ressalta-se que ela ganha espaço e força a partir do ano de 1980. Hoje, já são vários os estudiosos nessa área. Entre um dos mais consagrados está Peter Burke, que destaca a História Cultural sendo como um meio de campo entre duas áreas, a saber: a História Total e a Estrutural. Podemos constatar que, na atualidade, uma gama de historiadores acredita que a História Cultural veio para reforçar os campos de pesquisa, podendo utilizar-se de novas metodologias e temáticas, com um novo olhar sobre o tema em questão. Para Pesavento (2005, p. 42),



Em termos gerais, pode se dizer que a proposta da História Cultural seria, decifrar a realidade do passado por meio de representações, tentando chegar aquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo.

No que diz respeito à História Regional, essa surge como uma nova fonte de pesquisa para os historiadores, que tornam-se possíveis novas comparações e, conseqüentemente, redescobertas. Por meio da História Regional pode abrirem-se novos olhares para o regional em relação ao nacional, em que o estudo regional terá um espaço maior de significados. Sendo assim, José D' Assunção Barros (2004, p.99) explica:

Quando o historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá estudar.

Dentro do que dissertou-se até o momento e que será a ancora para desenvolver-se o trabalho monográfico, é significativo ressaltar que é de suma importância não somente discutir sobre a questão afrodescendente na teoria, mas trazer para o meio em que se está situações reais que estão a nossa volta e que passam despercebidas como se não fizesse parte de uma mesma história. A partir de então, estudar-se-á, no segundo capítulo, os primórdios da Colonização no Brasil Colônia, analisando o trabalho indígena e a inserção da mão-de-obra africana, para entender a formação de uma sociedade brasileira escravocrata. No desenvolver dos capítulos, utilizar-se-á citações de acordo com a reprodução original, portando, utilizar-se-á a sigla SIC para indicar essa reprodução.

O terceiro capítulo tratará sobre o trabalho escravo e formas de resistência no Brasil. Também dissertar-se-á sobre os Quilombolas e Quilombos, enfatizando o Quilombo de Palmares e, em último momento, visualizar a formação dos Quilombos no Rio Grande do Sul.

Para finalizar, no quarto capítulo e último, discorrer-se-á sobre alguns aspectos da história do Município de Taquara RS, enfatizando a presença do negro e a formação do Quilombo Remanescente do Paredão Baixo no Distrito da Fazenda Fialho. Junto a isso, também destacar-se-á o reconhecimento da Comunidade como Remanescente Quilombola e a importância da Associação da Comunidade tanto nessa conquista como nos vários projetos que são elaborados por meio da mesma.

## 2. ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Neste capítulo, serão contextualizados historicamente os primórdios da colonização das terras que hoje chamamos Brasil. Destacar-se-á o trabalho escravo tanto no que se refere ao indígena como ao negro africano comercializado pelos portugueses da África, as especificidades dessa transição de mão de obra e suas peculiaridades.

### 2.1. Brasil escravo

A escravidão no Brasil sempre foi um tema muito estudado e analisado no que diz respeito ao trabalho, forma de resistência, economia, dentre outros aspectos, mostrando que ela ocorreu de forma diferente e com peculiaridades específicas, variando de acordo com a região e os interesses. Em geral, ser escravo era pertencer a outro, viver subjugado, sem liberdade seja de expressão, econômica, social, religiosa, simplesmente uma mão de obra a serviço de um senhor. De acordo com Freitas (1982, p.12),

A escravidão apareceu no mundo desde que os homens se dividiram em classes, podem-se dizer que escravidão e civilização se apresentam sincronicamente na história. A Instituição consuetudinária ou jurídica da propriedade do homem pelo homem não teve sempre, entretanto, entre todos os povos e em todos os tempos, a mesma função social ou econômica.

Para que ocorra a escravidão, Meillassoux (1995) ressalta que é necessário o choque de duas classes distintas, em que uma explora a outra e isso vai renovando-se continuamente. Já Gorender (1988, p.46) destaca que “a característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano”. Ou seja, ser escravo é estar sujeito a qualquer desmando do “outro”, não ter vida própria, é estar inserido em um contexto em que o jogo é viver de acordo com as regras do seu senhor, em que até o seu pensamento é vigiado, é monitorado para que não se transforme em uma poderosa arma contra o seu proprietário. Maestri (1988, p.9) coloca que:

No estudo da escravidão é preciso fugir dos apriorismos ideológicos, mesmo os bem intencionados. Os senhores não eram carrascos sádicos nem os escravos demiurgos negros. Escravizados e escravizadores tinham o comportamento determinado pelo nível de desenvolvimento histórico da sociedade. Existe maior injustiça na atual situação de desemprego e miséria de parte da população do Brasil do que em todos os crimes escravistas, pois então não existiam recursos técnicos e materiais que permitissem alternativa de vida melhor. Os cativos viveram, trabalharam e resistiram como cativos e foi assim que determinaram a história.

A escravidão no Brasil está diretamente ligada aos moldes europeus, seja na forma de trabalho, de vida, de aculturação forçada, mas principalmente no que se refere ao pensamento escravocrata de uma época de expansões marítimas. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e, mesmo assim, ela ainda perdurou durante muitos anos.

Em nenhum outro país do mundo teve a instituição vida tão longa. Implantada logo no início da colonização, apenas foi suprimida formalmente no século XIX. Nos tempos modernos, o Brasil se singularizou como último país do mundo a aboli-la. Em quase todo o Novo Mundo, a independência nacional mais ou menos se fez acompanhar da abolição (FREITAS, 1982, p. 90).

## **2.2 Colônia Brasil, construída e moldada com mão de obra escrava**

Portugal lançou-se aos mares em busca de novas terras na corrida marítima, sendo que, já no século XV, parte da costa da África ocidental era reconhecida pelos portugueses. Os portugueses eram, nessa época, grandes empreendedores, sendo que, para Fausto (2000), os portugueses inovaram nas chamadas “técnicas de marear”, aperfeiçoaram os instrumentos, como o quadrante e o astrolábio, que proporcionava o reconhecimento de um navio pela posição dos astros, desenvolveram uma arquitetura naval com a construção de caravelas, que representava mais velocidade. Devido ao investimento nessas novas técnicas e o espírito de explorador, o mar foi o caminho escolhido pelos portugueses para novas explorações e conquistas, porém, sem pretender fazê-lo, abriu o caminho dos mares para a Europa.

A Espanha, com o mesmo intuito dos portugueses, entrou na disputa por novas terras. Dentre as muitas “descobertas”, a Espanha, com Cristóvão Colombo, desembarcou na ilha que acreditam ser a Índia. Nessa corrida, Portugal e Espanha entram em confronto sobre quem deveria reconhecer esse território, pois Portugal havia adquirido pelo papado e por meio das

bulas<sup>4</sup> direito de posse das terras no ultramar. Em 1494, após novos acordos, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas<sup>5</sup>, em que uma parte do território do futuro Brasil tornou-se parte de Portugal, o que também garantiu pontos importantes de navegações no Atlântico Sul e caminho obrigatório na rota para a Índia. Alencastro (2000, p.114) ressalta que:

Deve ser notado que o escambo de escravos encadeia a oferta de uma série de outros produtos africanos. Mesmo com o transporte de camelos no Sahel, de canoas nas redes fluviais da Alta Guiné e da Costa da Mina, e de barcaças nos rios de Angola, o cativo apresentava-se como uma mercadoria capaz de carregar outras mercadorias. Assim, os circuitos terrestres de tráfico de escravos formavam outras tantas vias de transporte de commodities entre o sertão e a costa africana. [...] Remessas de marfim, cera de abelha (muito apreciada no Brasil para o fabrico de velas), peles, almíscar, cobre, ouro, goma, azeite de palma, etc..., afluíam aos portos de tráfico, permitindo arredondar os lucros obtidos no carregamento de escravos.

As terras exploradas por Cabral e seus homens não estavam desabitadas. Ali haviam nativos que, desde o início, foram explorados pelos portugueses, que os viam como animais a serem domesticados. Muito do seu conhecimento foi admitido na cultura dos novos habitantes, porém, subjugados. Os índios foram obrigados a assimilar um novo modo de vida, com moldes de uma civilização europeia escravocrata.

Apesar do nomadismo, já praticavam a lavoura do milho e da mandioca e o simples fato de dominarem a técnica de beneficiamento [...] demonstra a acumulação de complexa experiência produtiva. Demais conheciam em nível rudimentar a tecelagem do algodão e a cerâmica. Diversos elementos da cultura material indígena [...] serviram à adaptação dos portugueses ao meio geográfico brasileiro. Mas ao mesmo tempo os colonizadores rejeitaram totalmente a organização social dos povos autóctones. Dela não extraíram qualquer elemento constitutivo do modo de produção e da formação social que vieram a implantar no país conquistado (GORENDER 1988, p.118).

Em 1530, Portugal decidiu ocupar as novas terras e evitar com que os espanhóis, franceses, holandeses e ingleses realizassem investidas sobre o território aparentemente desocupado, pois esses países realizavam incursões, buscando reforçar o mercantilismo que, na época, movia os europeus. Com o intuito de povoar a nova terra, a Coroa portuguesa enviou contingentes populacionais para garantir a consolidação e domínio da mesma. A partir

---

<sup>4</sup>Uma Bula papal é um documento selado com o timbre do papa, em que ele se manifesta sobre determinado assunto administrativo. Pode ser de vários assuntos: religioso, político, territorial e que determina algo que deve ser seguido por lei.

<sup>5</sup> O Tratado de Tordesilhas definiu as áreas de domínio dos territórios ultramarinos entre Portugal e Espanha. O Tratado, assinado em 1494, definia uma linha de demarcação localizada a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, de pólo à pólo. Caberia à Espanha as terras do lado ocidental e a Portugal, as do lado oriental.

dessa decisão, iniciou-se gradativamente um modelo de servidão baseada na mão-de-obra escrava, primeiramente, escravidão indígena e, mais tarde, a negra.

O indígena sofreu todos os tipos de escravidão possíveis, a de trabalho e servidão, de aculturação forçada, de religiosidade, mas, principalmente, a escravidão territorial, pois foram despossuídos de suas terras. Deveriam trabalhar e se adaptar a um novo ambiente, o qual eram donos e conheciam melhor do que ninguém. Eles sofreram uma domesticação forçada, perdendo o que de mais sagrado possuíam: sua terra, seu espaço.

Todos os países do mundo conheceram a escravidão indígena, porém o Brasil a todos excedeu no número de autóctones caçados, exterminados ou escravizados, [...]quase um milhão de índios sucumbiram direta ou indiretamente, no processo de escravização. Não foi senão na metade do século XVIII que o cativo indígena acabou legalmente no Brasil; também nisso, o país foi o último do Novo Mundo (FREITAS, 1982, p.10).

Após serem explorados de todas as formas e já não atenderem mais interesses e desejos iniciais da Coroa, os índios foram perdendo espaço, sendo excluídos, mortos por epidemias ou extintos, dando fim à mão de obra natural existente nos primórdios da colonização.

Portugal, que já tinha experiência em negócios com a África, iniciou o tráfico de escravos africanos para a Colônia Brasil. Maestri (1988) salienta que os africanos começaram a entrar na colônia portuguesa para suprir a falta de mão de obra indígena e enriquecer nosso país, misturado sua cultura, religião e cor.

A escravidão no Brasil teve seu auge com a exportação do açúcar para o mercado internacional, momento esse em que o Brasil mais importou escravos, criou-se uma mini África dentro do país Brasil. A maioria dos Estados brasileiros dependia dessa mão-de-obra que era considerada barata e de multiuso, pois não era só para as lavouras que esses escravos eram trazidos; eles representavam poder perante a grande sociedade. Portanto, “o escravo era o trabalhador fundamental de uma economia que exigia uma técnica muito complexa [...]” (MOURA,1989, p.19).

Nesse contexto de trabalho escravo, os africanos, negociados na África, começaram a ser vendidos para a colônia, repondo, assim, de uma forma vantajosa e eficiente a mão de obra. O grande comércio negreiro fomentou e proporcionou aos grandes proprietários de terras e comerciantes uma enorme apropriação de riqueza, mas não somente esses homens obtiveram lucros. Alencastro (2000) coloca que a Coroa recebia altas taxas na negociação de

escravos, renda vinda dos portos de saída da África, da entrada no Brasil, assim como o clero beneficiou-se com a taxa paga para o batismo desses homens negros.

Somente com a proibição do tráfico negreiro em 1850<sup>6</sup> é que novas possibilidades de vida começaram a surgir na mente desses seres humanos que, como mostra a historiografia, não aceitaram de forma pacífica tanta desigualdade e sofrimento.

### **2.3. Mudança necessária e lucrativa: de índios escravos para negros escravizados**

É preciso, de início, analisar o confronto primário entre os portugueses que chegaram, no século XVI, nas terras que hoje chamamos de Brasil e as tribos aqui existentes para termos um maior entendimento sobre a escravidão indígena, pois desse encontro nasceu o choque dos conquistadores e os futuros conquistados. Gorender (1988) destaca que os portugueses vinham de uma sociedade feudal ibero-lusitana, pioneira do mercantilismo, sendo uma das sociedades mais avançadas do Ocidente Europeu para a época, colocando-se frente a um povo com características muito diferentes.

Os dois maiores grupos indígenas eram os tupi-guaranis e os tapuias, mas também haviam os menores, como por exemplo os goitacases, aimorés, tremembés, que eram conhecidos como tapuias pois falavam outras línguas. “A classificação descrita resulta de estudos recentes dos antropólogos, baseando-se [...] em afinidades, culturais e linguísticas. Os portugueses identificaram [...] muitas nações indígenas, como os carijós, os tupiniquins e os tamoios” (FAUSTO, 2000, p.38).

Os imigrantes portugueses, ao aportarem em novas terras com o sonho de colonizar e enriquecer, necessitaram de imediato do trabalhador braçal para realizar o trabalho forçado. Assim, nada mais fácil e barato utilizarem-se do material disponível no momento, o indígena. Sobre esse período, Fausto (2000, p. 40) ressalta que:

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

---

<sup>6</sup>Lei n.º. 581 – de 4 de setembro de 1850 – “Lei Eusébio de Queiroz” – lei de extinção do tráfico negreiro no Brasil.

Diante de tal grandeza frente à população indígena, os portugueses conseguiram, por meio de diversas formas, impor suas necessidades e desejos perante essa população que, na sua grande maioria, acabou por ser escravizada. Segundo Ramos (s/d), o trabalho indígena ocorreu de várias formas. Uma delas foram os aldeamentos por meio dos missionários, os quais conseguiam trazê-los para o seu lado de forma mais “tranquila”, os chamados aliados. A segunda forma foi a de guerra, em que os índios mais bravos eram caçados e, por meio da Legislação Indigenista<sup>7</sup>, escravizados e, por último, os conflitos tribais em que uma tribo escravizava a outra. A legislação Indigenista foi fundamental para legitimar a mão de obra escrava indígena sendo que, nesse período, tanto Portugal quanto Espanha estavam em confronto sobre a posse e a territorialidade das novas terras.

Os índios serviram como mão de obra para diversos propósitos. Freitas (1982) relata que o índio foi a base da produção agrícola em vários estados: em São Paulo voltou-se para a produção de cereais, algodão, açúcar e café; no Maranhão, algodão; no Pará, extrativista; em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, mineração. Esses também faziam parte de um comércio interno, em que, dentro da própria Colônia, eram renegociados de acordo com interesse dos grandes senhores.

[...] Daqui se transportavam a cidade, onde se vendiam em pública praça, e o preço se lançava no Tesouro assim para as despesas da tropa, e para se ressarcirem os gastos, que pelas missões se faziam com novos descimentos a diligências dos missionários, como também para ereção de novas missões. Do referido arraial saíam os brancos a contratar com os régulos daquelas nações bem escoltados [...], e a troco de um, ou dois machados, algumas facas, bolórios, e semelhantes cousas lhe entregavam aqueles tapuias encurralados, com os quais voltavam para o arraial a apresentá-los ao missionário da tropa, assim os que compravam os particulares, como os que se resgatavam em nome da tropa [...] se valia o missionário de línguas práticos para o efeito de exames. (Quando se inquiria entre outras coisas do indígena como foi apanhado pelos rivais, se estava preso para ser "comido", se os brancos induziram a guerra e etc.) [...] E conforme o depoimento, e rigoroso exame, ponderadas as razões pró, e contra, lhe passava o missionário um bilhete, ou resisto, em que secundumallegata, etprobata (segundo as coisas alegadas e provadas) o declarava por forro, ou cativo; e juntamente se assignava ao cabo da tropa, e com este resisto se entregava o índio. (SIC). (DANIEL, 1976, apud RAMOS, 1997, p.245).

Com o passar das décadas, os indígenas já não rendiam o desejado para os grandes proprietários de terras e para a coroa. De acordo com Fausto (2000, p. 49), “os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos.” As formas de reações ao

<sup>7</sup> Podem-se tomar aqui, de forma genérica, a denominação de Legislação Indigenista ao conjunto de leis, alvarás, cartas régias, avisos que regulamentaram a atuação colonial em relação às populações indígenas, sabendo que essas compunham, na maioria das vezes, um projeto de ocupação e administração do Estado.

trabalho forçado foram muitas, pois os índios não aceitaram tão calmamente tal situação. As fugas, guerras e epidemias geradas pelo contato do homem branco com as tribos mudaram o rumo da história, a catástrofe geográfica causada por essa aculturação forçada e escravização resultaram em milhões de mortos.

Eles foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua violência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios, ao que parece, sem contar as vítimas do sertão (FAUSTO,2000, p.50).

No século XVIII, a Coroa decretou a implantação do Diretório Pombalino<sup>8</sup>; em que, a partir de então, ocorreu a regulamentação da lei que declarava o fim da escravidão indígena e a libertação dos índios cativos.

A busca por solução para a falta de mão de obra resultou na decisão da Coroa de importar escravos africanos, porém, mesmo assim, os índios continuavam a ser escravizados. A Guerra Justa<sup>9</sup> foi um dos motivos considerados apoio para os brancos como argumento a favor da continuidade da escravidão conforme Fausto (2000).

O escravismo inicial instalado na colônia brasileira foi tomando, com o passar dos anos, forma própria, modificando seu modo de existência de acordo com as necessidades da época. Para Gorender (1988), o que ocorreu na América do Sul, mais exatamente no Brasil, foi a criação de um novo modo de produção, que se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico, definido no tempo e no espaço. Pode-se dizer que algo inovador, com uma certa mistura de antigas culturas escravocratas, que formaram no Brasil seu próprio estilo.

A partir de então, grandes ondas de escravos africanos começaram a entrar na colônia Brasil. Segundo Fausto (2000), calcula-se que foram mais de quatro milhões de escravos entre os anos de 1550 e 1855. Grande parte do sexo masculino, dinamizando tanto o modo de vida da população em geral, quanto a economia em crescimento. Moura (1989, p.8) salienta que:

---

<sup>8</sup> O Diretório dos Índios foi elaborado em 1755, mas só se tornou público em 1757. É um documento que expressa importantes aspectos da política indígena do período da história de Portugal e do Brasil, este visa evitar a escravização dos índios.

<sup>9</sup>As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidade contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados. (PERRONE-MOISÉS; 1992, p. 123)



D. João III concedeu autorização a fim de que cada colono importasse 120 africanos para as suas propriedades. Muitos desses colonos protestaram contra o limite estabelecido, pois desejavam importar um número bem superior [...]. O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados [...] o negro africano sabia que a sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam.

O comércio triangular<sup>10</sup> foi um dos fatores que contribuiu para a troca da mão de obra indígena pela africana. Os negros já eram feitos de escravos em sua própria nação antes de iniciar esse lucrativo comércio com a colônia Brasil, o que muda nesse comércio é a quantidade e diversidade de novas mercadorias que começam a entrar em comercialização, porém, a mercadoria principal permanece a mesma: o negro africano. Maestri (1988, p. 35) esclarece que “Na África os mercadores trocavam mercadorias europeias, baratas por cativos negros. Nas Américas as peças permitiam a obtenção das valiosas mercadorias coloniais[...] com lucros extraordinários”.

Para o Brasil, vinham escravos de várias partes da África, mas a sua grande maioria provinha da Costa do Golfo de Guiné, de Angola e Moçambique. Esses espalhavam-se pela colônia de acordo com as necessidades dos futuros compradores. Thornton nos esclarece a magnitude e importância das novas relações entre a África e Europa:

Entretanto o nascimento do mundo atlântico também envolveu uma gigantesca migração internacional de pessoas, certamente sem precedentes no Velho Mundo e realizada em nenhum outro lugar campo da expansão europeia. Não somente milhares de europeus mudaram-se para as ilhas no Atlântico e para as Américas, como milhões de africanos atravessaram as ilhas do Atlântico e do Caribe e as Américas, tornando-se uma população dominante em algumas áreas.

A economia da colônia nesse contexto estava voltada para o comércio externo, na qual o negro foi peça fundamental para movimentar essa grande empresa colonial brasileira que estava em formação, contando para o seu crescimento e enriquecimento com o braço escravo do negro africano.

---

<sup>10</sup>O Comércio Triangular foi o principal instrumento do tráfico negreiro. Ele envolvia uma teia de interesses e de negociações entre Europa, África e América, com algumas ramificações, englobando os produtos asiáticos.

## 2.4. Negros africanos: escravos em uma nova terra

Os portugueses, ao receberem a bula Papal da Santa Sé<sup>11</sup>, ganharam o poder de tomar posse do território da África e de praticar o comércio de escravos. Ao idealizar e povoar as terras da nova colônia, o Brasil não houve a preocupação inicial de importar escravos, pois a mão de obra indígena estava disponível e era vindo, assim, ao encontro do interesse dos novos colonizadores.

Devido a conseqüente escassez de mão de obra indígena que, aos poucos, foi se moldando de acordo com os acontecimentos já citados anteriormente neste trabalho, Portugal não poupou o povo africano, com o qual já vinha comercializando. Segundo Fausto (2000, p.50), “ [...] ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo”.

Os portugueses instalaram-se na África, construindo fortes e garantindo seu espaço, principalmente no que se refere ao comércio de escravos, pois construíram galpões para aprisioná-los. Tais considerações são confirmadas por Maestri (1988, p.13):

Os fortes eram construídos e mantidos pelas coroas europeias ou pelas companhias monopolistas nacionais fundadas para explorarem o tráfico, as quais protegiam com seus muros comerciantes e soldados. Suas principais funções eram servir de escala para as embarcações e organizar o comércio africano. Com o desenvolvimento do tráfico negro, os fortes passaram a acumular os cativos a serem embarcados e a armazenar as mercadorias destinadas à compra de negros.

Milhares de negros eram negociados na África por todos os tipos de mercadorias, sendo o escambo<sup>12</sup> uma forma de fazer girar um comércio de inúmeros produtos. Alencastro (2000) afirma que esses viajavam através do Atlântico, deixando para trás sua família e sua vida com a certeza de nunca retornar. Para Gorender (1988, p.127), “a princípio os próprios portugueses assaltavam aldeias [...], não demoraram a deixar semelhante tarefa aos africanos seduzidos pelos artigos de origem europeia ou americana”.

A viagem era sofrida nos grandes porões das embarcações, dias e noites de tortura, fome e sede, enfrentando meses de viagem, estando expostos a todos os tipos de agressões.

---

<sup>11</sup>A Santa Sé é a sede da igreja católica e inclui os departamentos do governo da igreja que compõem a Cúria Romana (os dicastérios), bem como as embaixadas da igreja em todo o mundo (as nunciaturas).

<sup>12</sup>Escambo é a prática ancestral de se realizar uma troca comercial sem o envolvimento de moeda ou objeto de valor que se passe por esta, e sem equivalência de valor. É a forma original e mais básica que o ser humano tem de realizar trocas, geralmente realizadas com o excedente de cada comunidade.

Entre os séculos XV e XIX, milhões de seres humanos foram levados de navio [...] como escravos domésticos em nações europeias, como Espanha, Portugal, Holanda e Inglaterra e principalmente para as Américas, dos Estados Unidos ao Brasil. Esse tipo de escravidão foi muito mais brutal do que a escravidão que existia na própria África (TIRADENTES e SLVA, 2011, p.38).

A tabela a seguir apresenta o tráfico internacional de escravos e esclarece a magnitude dessas transações, que movimentou milhares de indivíduos entre os séculos XV e XIX.

**Tabela 1: Tráfico Negro para a América Colonial**  
**Estimativa do número de africanos desembarcados em cada região (em milhares de indivíduos)**

Período	América Espanhola	Brasil	Antilhas Britânicas	Antilhas Francesa	Antilhas Holandesas	América Britânica e EUA
1501-1550	12,5	-	-	-	-	-
1551-1600	62,5	50,0	-	-	-	-
1601-1650	127,5	200,0	20,7	2,5	-	-
1651-1670	165,0	360,0	243,0	153,3	40,0	-
1701-1740	180,8	605,1	358,8	357,2	200,0	70,2
1741-1801	331,9	1.095,2	897,2	1.074,0	197,6	321,0
1801-1830	367,0	1.000,4	105,8	93,7	0,1	168,3
1831-1850	261,6	712,7	10,2	0,6	0	0
1851-1870	153,5	6,4	0	18,4	0	0,3
Total Geral	1.662,4	4.029,8	1.635,7	1.699,7	437,7	559,8

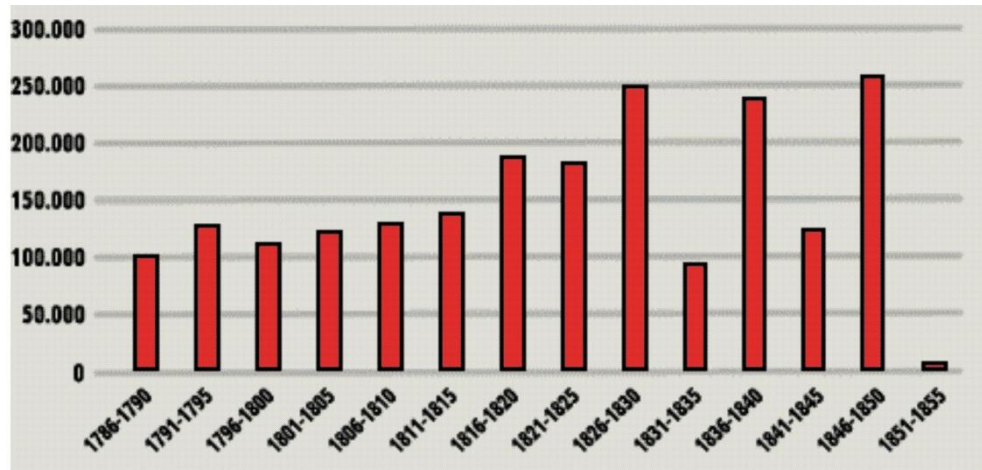
Adaptado de ALENCASTRO, Luis Felipe de “O Trato dos Videntes formação do Brasil no Atlântico Sul”. São Paulo: Cia das Letras, 2000

Fonte: [www.revista.vestibular.uerj.br](http://www.revista.vestibular.uerj.br)

Acessado em 23/07/2013.

A tabela 1 tem como base o livro de Alencastro, “O trato dos Videntes”, que apresenta uma enorme quantidade de escravos africanos vindos para a Colônia Brasil entre 1552 à 1870. É clara a magnitude da utilização de escravos na Colônia Brasil comparado a outros países também em expansão e que usufruíram dessa mão de obra.

Seguindo outra linha de análise da movimentação de escravos na colônia Brasil, utiliza-se o gráfico abaixo para ressaltar a quantidade de desembarque dos mesmos entre e 1786 à 1855.



**Gráfico 1: Desembarque estimado de africanos no Brasil entre 1786 até 1855**

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatística de 500 anos de povoamento. p. 223 In: crv.educacao.mg.gov.br .  
Acessado em 23/07/2013.

O gráfico acima mostra que, entre os anos de 1786 a 1820, há uma certa normalidade de desembarque de africanos no Brasil. Já em meados dos anos de 1811 a 1830, houve um aumento, em 1831 a 1835, uma queda no desembarque dos mesmos, elevando-se entre 1836 e 1840, decaindo novamente em 1841, crescendo espantosamente em 1846, tendo novamente uma drástica queda em 1851. Essas variáveis derivam dos acordos, leis e tratados que ocorreram durante esses anos, que influenciaram tanto no aumento de desembarque quanto na queda do mesmo. Pode-se notar claramente no gráfico no ano de 1851, logo após o decreto da lei nº. 581 – de 4 de setembro de 1850 – “Lei Eusébio de Queiroz” – lei de extinção do tráfico negreiro no Brasil, a queda brusca da comercialização de escravos.

Após a dura viagem, muitos negros perdiam sua vida, seja por epidemia, fome, desespero, e os que resistiam desembarcavam em uma terra onde, segundo Moura (1989), eram tratados como animais, podendo ser comparados a qualquer animal, não tendo direito algum, simplesmente uma coisa de propriedade privada, que a qualquer momento poderia ser negociado, vendido ou até morto.

Gorender (1988, p.129) coloca a necessidade de analisar-se a dupla face do tráfico de africanos.

Do lado dos vendedores africanos não passava de escambo com vistas a obtenção de valores de uso; do lado dos traficantes europeus, era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação mercantil com o objetivo de lucro. Graças exatamente a essa dupla face é que o tráfico negreiro se tornou um dos negócios mais lucrativos da época do mercantilismo

Os grandes senhores que compravam esses negros sabiam da força do seu trabalho e acreditavam fazer um ótimo negócio ao adquirir tal mão de obra, principalmente para a utilização nas atividades açucareiras. Para Fausto (2000, p. 51), “muitos escravos provinham de culturas em que trabalho com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena”. É de suma importância salientar que os imigrantes que para o Brasil vieram, carregavam consigo o sonho de enriquecer, porém, uma grande maioria acabou por não concretizar esse sonho, então, acabaram como trabalhadores livres, cuja mão de obra era cara para os proprietários de terras. Isso significa, segundo Maestri Filho (1984, p.27), que “no momento em que se alcança determinada lucratividade com a mão de obra escrava [...], é este parâmetro que determinará a captação do trabalhador assalariado”. Para os senhores, pagar por um escravo que lhe renderia muitas horas de trabalho sem uma pós-remuneração era muito mais lucrativo do que ter um empregado assalariado e era dentro desse contexto que seguia o pensamento de uma sociedade mercantilista.

A partir daí, o escravismo na colônia foi tomando grandes proporções, movimentando o setor canavieiro que, na época, movia o mercado externo, desenvolvendo e proporcionando riquezas por meio das minas e das charqueadas. Mais tarde, também, foram destinados aos cafezais e alguns para serviços em torno das fazendas como, por exemplo, no lar desses ricos proprietários de terras, servindo-os com trabalhos domésticos, porém, sempre sendo vistos como uma “coisa”, uma mercadoria de grande valor. Segundo Moura (1989, p.12),

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro-escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. No entanto, esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização.

Pertencer ao outro, esse era o mal maior de ser escravo, um homem que não era homem e sim um bem de alto valor que gerava prestígio e status ao seu proprietário, além de enriquecê-lo com sua força braçal. Independente do tipo de trabalho que exercia, onde vivia ou como vivia, era submetido a todos os tipos de violência, sendo que sua família gerada em meio a escravidão herdava todos os seus males e carregava consigo a marca do sofrimento. Gorender (1988, p.67) relata que:

O escravismo implica um mecanismo de comercialização que inclui o tráfico de importação, os mercados públicos e as vendas privadas de escravos. O escravo não constitui um bem pessoal vinculado, mas alienável ao arbítrio do proprietário. Em consequência a família escrava não recebia reconhecimento civil e, mesmo com o casamento sacramentado pela Igreja, como se dava no Brasil, marido e mulher, pais e filhos podiam ser legalmente separados e vendidos a senhores diferentes.

O trabalho escravo na colônia era demasiado penoso. Moura (1989) descreve que a jornada de trabalho do escravo era de quatorze horas e, se não o fizesse, poderia receber castigos de todos os tipos, pois eram considerados preguiçosos. Ao meio de tanta repressão, maus tratos, nenhuma expectativa de vida melhor, os escravos viam-se desesperados, tendo a fuga como a esperança de liberdade. Freitas (1982, p.28) coloca que, “enquanto houve escravidão no Brasil, os escravos se revoltaram e marcaram sua revolta em protestos veementes, cuja interação não encontra paralelo na história de qualquer outro país do Novo Mundo”.

Para controlar os grupos e evitar qualquer tipo de resistência, os senhores intimidavam seus escravos para que esses não tentassem nenhuma fuga ou possível rebelião. Os negros trabalhavam exaustivamente e recebiam castigos diversos, entre eles chicotadas e, no momento de descanso, dormiam em más condições nas chamadas senzalas. No próximo capítulo, pretende-se apresentar e analisar a vivência, o dia a dia, o trabalho forçado, a relação senhor/escravo e outras peculiaridades do ser “escravo no Brasil”.

É nesse contexto de violência, de aculturação forçada que os negros manifestavam suas dores e injustiças sendo que, uma das formas de manifestações mais estudadas por pesquisadores, historiadores e demais profissionais da área está o movimento emancipacionista, chamado de quilombagem, cujo conceito já esclareceu-se no primeiro capítulo. Esse movimento surgiu em todos os lugares e espaços onde a escravidão era extrema, como forma de expressão e busca pela liberdade. Foi exatamente por meio desse movimento que surgiu a maior forma de resistência, já vista na história da escravidão, o Quilombo. Carlos Novaes e Lobo (2007,p.74-76) descreve quilombos como:

aldeias formadas por negros fugitivos que ali vivem em liberdade. Começam a proliferar no início do século XVII e tornam-se uma ameaça à ordem escravagista da colônia. São assim violentamente reprimidos. Mesmo a mira dos colonizadores, os quilombos existiram até as vésperas da Abolição da Escravatura.

Esses eram vistos tanto pelos negros como pelos senhores como a forma de resistência, em que a liberdade poderia ser alcançada. Por isso, onde havia escravidão nasciam quilombos, independente de qualquer circunstância ou área geográfica. Reis e Gomes (1996,

p. 28) ressaltam que “os quilombos logo se tornariam comuns na vida colonial americana, sendo o mais efetivo meio de se opor à escravidão, um desafio direto ao sistema patrimonial e autocrático”.

Por outro lado, o historiador Fausto (2002, p. 25) chama a atenção enfatizando que,

Pesquisas arqueológicas recentes, na região em que existiu o quilombo, sugerem a existência de uma comunidade socialmente diversificada, abrangendo não apenas negros ex escravos mas também brancos perseguidos pela Coroa, por razões religiosas ou pela prática de crimes e infrações menores.

No Brasil, formou-se uma sociedade escravocrata, mercantilista, baseada na força da mão de obra escrava, o que fez surgir variadas formas de confronto e reações dos escravos perante essa sociedade que os escravizava. Será dentro desse contexto escravocrata que o próximo capítulo contextualizará historicamente a formação de quilombos no Brasil e no Rio Grande do Sul, esses que foram durante a história da escravidão no país uma das formas mais concretas de resistência. Com isso, esclarecer-se-á a trajetória dos afrodescendentes que contribuíram de forma tão excepcional na construção do país.

### 3 QUILOMBOLAS E QUILOMBOS NO SUL DO BRASIL

Neste capítulo, será apresentado um estudo sobre a vida e resistência do escravo no Brasil Colônia, dando ênfase às diferentes formas de trabalho por eles exercidas. Pretende-se dissertar sobre os quilombolas e a formação dos quilombos, tendo o quilombo de Palmares uma especial atenção, devido a sua singularidade e por esse ser considerado por diversos historiadores um dos mais significativos na história do Brasil. Pretende-se, também, visualizar a formação dos quilombos no Rio grande do Sul.

#### 3.1 Vida de escravo: trabalho, aculturação e resistência no Brasil

Como já relatou-se no capítulo anterior, os negros africanos foram espalhando-se pela Colônia Brasil de acordo com as necessidades de uma sociedade mercantilista em formação. Portugal já lucrava com o comércio do açúcar produzido na colônia, porém, negociando também os escravos que trazia da África com os senhores de engenho, o percentual de lucro seria maior. Diante de tais negociações, criou-se um monopólio de trocas, que fora imposto à Colônia que essa só poderia vender o açúcar aos portugueses, assim como só poderia comprar os produtos de que necessitavam de Portugal. Dentro desse contexto, não foi difícil que esse rendoso comércio ganhasse força.

Mais do que seu amor pelo fumo ou pelos vestidos de algodão, foi a gula européia (SIC) que determinou a extensão do comércio atlântico de escravos. O açúcar foi o mais importante produto cultivado por escravos. Entre 60% e 100% dos africanos que sobreviveram às viagens terminaram em alguma das colônias açucareiras européias (FOGEL, ENGERMAN, apud MAESTRI, 2002, p.75).

O trabalho escravo foi em toda a parte penoso, cheio de sacrifícios e marcado por resistências. Devido a isso, hoje, carregamos em nossa história as marcas dessa gente sofrida que muito contribuiu na formação de nosso país. Para Reis e Gomes (1996, p.9),



Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravos da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura, culinária, religião, língua, música, artes e arquitetura.

A cultura brasileira hoje é formada por uma mistura étnica, com uma riqueza que, em grande parte, provém dessa miscigenação, sendo uma das raízes formada por afrodescendentes. Durante os séculos, um longo caminho foi percorrido, em que bravura, trabalho, espírito inovador e, principalmente, escravidão entrelaçaram-se, formando a sociedade que hoje compartilha-se.

Inicialmente, os escravos prestavam serviços nas lavouras de cana de açúcar, na qual viviam e trabalhavam em péssimas condições. Os novos habitantes que deveriam ocupar a colônia Brasil recebiam da Coroa grandes lotes de terras, as sesmarias, que deviam ser trabalhadas para gerar produção para o mercado externo. Porém, os escravos deveriam produzir incessantemente. Para isso, os proprietários de terras contavam com a supervisão de feitores, que deveriam manter o escravo sempre produzindo, pois o negro deveria render o preço que seu senhor pagara. A jornada de trabalho era dura, em torno de 12 a 16 horas diárias. Maestri (1993, p.18) ressalta que “os senhores procuravam aumentar a produção e os lucros, duração e o ritmo do trabalho além mesmo do humanamente suportável”.

Nas plantações de cana, os escravos tinham cotas a serem alcançadas nos dias de colheita, o que garantia a produção e, quando isso não acontecia, as punições eram constantes, desde a palmatória até o tronco, no qual os escravos eram humilhados e chicoteados, muitas vezes, até a morte, o que era prejuízo para seu senhor. Segundo Silva e Tiradentes (2011), a posse de um escravo era um patrimônio, um bem como outro qualquer, em que havia uma escritura que firmava a venda e a compra registrada em cartório. Os escravos habitavam as senzalas em péssimas condições, um local com poucas aberturas, sem ventilação, onde os escravos aglomeravam-se sem conforto algum.

O escravo mineiro não vivia uma rotina muito diferente. Em pequenos casebres, sem conforto algum, pobre miserável mesmo em volta a diamante e ouro. No relacionamento do senhor com seu escravo existiam algumas peculiaridades que o diferencia dos escravos das grandes fazendas. Exemplo disso é o pecúlio<sup>13</sup>, que o escravo conseguia adquirir durante a sua luta nas minas em busca das pedras preciosas. Mattoso (1988, p.136) nos relata que:

---

<sup>13</sup>Valor adquirido pelo escravo por algum trabalho realizado que lhe rendesse algum valor e que este ia guardando como forma de poupança para, na maioria das vezes, comprar a sua liberdade.

Ninguém se preocupa com o conforto pois o único pensamento do concessionário é enriquecer e retornar a Europa. Esses aventureiros rudes e corajosos impõem aos escravos apenas algumas regras flexíveis, pois o duro trabalho no garimpo é feito numa postura muito penosa; curvado em dois o mineiro mantém os pés dentro d'água. O escravo ainda em crescimento, torna-se cambaio e muitos adolescentes ficam deformados para toda a vida.

No século XVIII, iniciou-se a exploração das minas de forma mais intensa, por isso a Coroa passou a ter uma maior fiscalização sobre os metais preciosos, garantindo lucratividade com os impostos. A situação do negro só veio a piorar, pois, com a maior produção nas minas, os portugueses enviaram um exército de homens para garantir a produção e para que o desvio do material não ocorresse. Tais considerações são confirmadas por Tiradentes e Silva (2011, p.44):

No ambiente das lavras a vigilância sobre os escravos passou a ser mais intensa. São comuns os relatos de escravos que viviam permanentemente dentro das minas nus e com os cabelos raspados, para que não escondessem no corpo ou ingerissem pepitas de ouro ou diamantes. A circulação das pessoas passou a ser controlada e algumas cidades cercadas.

A concorrência entre potências em torno do açúcar resultou numa queda na produção, conseqüentemente, diminuiu a necessidade de escravos nas lavouras de cana de açúcar. Exemplo disso ocorreu na região nordeste, onde muitos senhores venderam seus escravos para as lavouras de café na região sudeste. A rotina e vida dos escravos nos cafezais não era muito diferente dos canaviais, porém, como as fazendas de café começaram a desenvolver-se e expandir-se em 1850, junto a abolição do tráfico negreiro, esse conviveu lado a lado com o assalariado branco. Mattoso (1988, p.138) reforça, destacando que, “na aparência pois, pouca diferença entre a vida do café e a da cana, talvez uma jornada de trabalho mais comprida.[...] o escravo de café convive com muitos operários brancos”.

Muitos escravos eram levados para trabalhar na Casa Grande de seu senhor para servi-lo em atividades domésticas. Isso acontecia principalmente com as mulheres que também atuavam como ama de leite. Porém, segundo Mattoso (1988), não se deve acreditar que por estar na casa de seus senhores o trabalho era mais reconhecido. Muitos desses acabavam por conceber uma nova identidade, assimilando o jeito de viver de seus proprietários e, com isso, mantendo um melhor relacionamento com seus senhores, transformando sua vida em momentos mais suaves ou não. Por isso, nem sempre esses senhores optavam pela obediência por meio da força, usavam da relação patriarcal para tentarem coagir seus escravos, mantendo-os ao seu lado para que esses evitassem rebelar-se. Dentro desse contexto, muitos

senhores usavam seus escravos para o trabalho urbano, uma fonte de renda diferenciada e lucrativa que movimentava as cidades, como exemplos Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que apontavam como cidades quase negras.

Os escravos empregavam-se nas mais variadas ocupações urbanas. Muitos eram escravos de ganhos ou jornaleiros - vendiam serviços e mercadorias a terceiros e, com o que obtinham, financiavam seus gastos e pagavam uma renda fixa ao seu senhor - o ganho ou jornal. Nessa condição trabalhavam aguadeiros, pintores, estivadores, carregadores, sapateiros, vendedores, escravas prostitutas pelos senhores, etc. (MAESTRI,1993,p.43).

O trabalho urbano também era visto pelo escravo como uma forma de comprar sua liberdade, pois teriam a chance de adquirir algum valor em um trabalho extra. Porém, Moreira (2003) ressalta que muitos escravos, não conseguindo comprar a sua liberdade, acabavam pedindo dinheiro emprestado, fato esse que fazia o escravo adquirir dívidas.

Durante todos os séculos de escravidão no Brasil, os negros, além de empregarem sua força de trabalho e dinamizar a Colônia Brasil, participaram da história dessa terra além de agente social, agente político. Segundo Moura (1989), os negros participaram em vários movimentos políticos, pois, na grande maioria das lutas, esteve na linha de frente representando seus senhores. Nessas batalhas políticas, a esperança dos escravos era de receber sua alforria<sup>14</sup> como fora prometida, ou até mesmo para poder fugir do cativeiro, refugiando-se nas matas. Os escravos lutaram contra a invasão holandesa, na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, guerra do Paraguai, Revolução Farroupilha, Proclamação da República de Piratini e muitos outros. Para Moura (1989, p.46), “em outros movimentos de mudança social, o negro estará presente como força auxiliar, muitas vezes usado como massa de manobra das camadas sociais privilegiadas”.

Diante de repressões, seja ela de uma forma camuflada ou clara como os diferentes castigos, a verdade é que esses homens sofreram uma aculturação forçada, tornaram-se prisioneiros de corpo e alma. Sua família, religião, cultura e arte foram excluídos do seu viver, porém, cultuada às escondidas, por meio de sua fé. Essa supressão a que os escravos africanos foram submetidos na nova terra Brasil fez com que esse povo inventasse formas diversas de resistência, como: rebeliões, as mulheres provocavam abortos, assassinatos, suicídios, colocavam fogo nos canaviais, quebravam máquinas do engenho ou em forma de revoltas organizadas que também fizeram parte da história da escravidão no Brasil. Muitos escravos tentavam a fuga, segundo Maestri Filho (1984,p.124), “apesar de todos os perigos e ameaças

---

<sup>14</sup>Carta de liberdade recebida por um escravo, que provinha do seu senhor, proprietário.

os escravos fugiam, aproveitando um descuido do capataz”. Na grande maioria das vezes, a fuga não tinha sucesso, os escravos acabavam perseguidos pelos capitães do mato e, quando capturados, eram fortemente castigados.

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sobre a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia, ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão. E de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos (REIS e GOMES, 1996, p.9).

Uma das formas mais conhecidas de resistência eram os quilombos, formados por negros fugitivos de seus senhores, cujo nome recebido durante a história foram quilombolas. Esses quilombolas foram responsáveis pela permanência de partes de uma cultura africana que, mesmo sofrendo as mais bárbaras imposições e opressões, sobreviveram durante os séculos de perseguição e aculturação.

### 3.2 Quilombos: Esperança de uma nova vida

Vivendo em um contexto de violência, os negros manifestavam suas dores e injustiças por meio de movimentos emancipacionistas, entre eles a *quilombagem*. Esses movimentos surgiram em todos os lugares e espaços onde a escravidão era extrema, como forma de expressão e busca pela liberdade. Corroborando com esta pesquisa Moura (1989, p. 22), afirmando que:

Entendemos por quilombagem, o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis, econômico, social e militar e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

Os quilombolas, como eram conhecidos os negros fujões, formavam grupos e montavam pequenas comunidades chamadas de quilombos, onde ali tentavam levar uma vida cultivando sua cultura e buscando reintegrar sua liberdade que fora usurpada. Mattoso (1988) destaca que os quilombos significavam para os escravos fugidos o retorno à vida que tinham

na África, um protesto contra seus senhores e suas imposições, contra toda a forma de repressão e dominação. Segundo Maestri (1993, p.66),

O quilombo, comunidade de escravos fugidos, estabelecidos em um ermo qualquer, foi a maneira mais segura de um negro libertar-se da escravidão. Sob diversos nomes, temos registros de comunidades como estas em quase todas as regiões que conheceram a escravidão colonial [...]. No Brasil, salvo engano, a primeira referência à fuga e ao aquilombamento dos escravos negros é de meados do século XVI. Portanto poucos anos após o início da introdução de cativos africanos na América lusitana. E, 1888, quando da Abolição, pululavam no litoral e nos sertões brasileiros.

Os quilombos tornaram-se comuns em toda a Colônia, representando a mais forte resistência a um sistema escravocrata mercantilista, baseado na força negra. Esse se diferencia das insurreições, pois, segundo Mattoso (1988, p 158), “o quilombo quer paz, só recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo e se isso for indispensável a sua sobrevivência”. Diferente das insurreições e rebeliões, os quilombos não realizam planos premeditados. De acordo com Maestri Filho (1984), a insurreição tinha mais dificuldades para ser realizada e buscava derrubar toda opressão em um golpe só. Dentro dos quilombos, os negros fugidos organizavam-se na tentativa de resgatar sua forma de vida e cultura, plantavam alimentos como feijão mandioca, milho, cana de açúcar, também caçavam, pescavam e criavam alguns animais como a galinha. Mantinham, na sua grande maioria, um líder, que organizava a vida dentro do quilombo, de maneira a não serem descobertos ou perseguidos. Quando isso acontecia, o líder era o primeiro a ser capturado, sofrendo severos castigos.

Quando capturado o chefe de quilombo era duramente punido não raro com a morte pela justiça escravista. A administração colonial chegou a ordenar a morte imediata dos cativos que fossem capturados, mas essa decisão agredia os interesses dos proprietários: o cativo era antes de tudo uma propriedade. Os fujões capturados eram duramente chicoteados e, algumas vezes, marcados a ferro quente ou mutilados. Era comum viverem e trabalharem com ferros presos ao pescoço ou nos pés, esse castigo além de causar um grande sofrimento, dificultava uma nova fuga (MAESTRI, 2002, p.110).

Mesmo com todas as perseguições, os quilombolas mantinham sua determinação e a cada quilombo perseguido e destruído um novo formava-se com maior intensidade. Moura (1989) ressalta que a dinâmica desses movimentos demonstra toda a diferença e contradição que existia entre os escravos e seus senhores, por isso que, enquanto houve escravidão, quilombos existiram.

Cada quilombo possuía suas especificidades e peculiaridades de acordo com a região em que eram instalados, porém, o desejo de recuperar suas vidas e a liberdade eram os mesmos.

Existiam, portanto, em diversas épocas e em diversas regiões, diferentes “tipos” de quilombos. Eles eram condicionados por vários fatores que independiam da vontade do escravo. O terreno era uma primeira determinante. Uma região montanhosa, agreste, perto de uma concentração de escravos (fazenda, engenho, etc...) facilitava a construção de uma concentração quilombola. O peso relativo e absoluto da população escrava, em uma região, era outra determinante. As crises políticas, econômicas e sociais, a homogeneidade racial, caracterizavam, também, a formação de um quilombo. (MAESTRI FILHO, 1984, p.125).

Os quilombos acabaram ganhando força e espaço, muitos desses negociavam seus produtos excedentes com a vizinhança local, firmando uma rede de relações. Compravam produtos fora dos quilombos, o que deixava os senhores de terras e as autoridades policiais com menos força. Os quilombolas, muitas vezes, eram protegidos por taberneiros e comerciantes locais, que tinham com os mesmos um lucrativo comércio de lenha. Segundo Gomes (1996, p.274), “os quilombos podem ter controlado grande parte desse tipo de comércio madeireiro [...] já que controlavam várias saídas dos rios”.

Na tabela a seguir, pode-se constatar a grande quantidade de Comunidades Quilombolas que ainda resistem através dos séculos, mostrando a força e a magnitude dessas comunidades. Percebe-se também que a região nordeste do Brasil é a que possui maior quantidade de Comunidades Quilombolas, uma vez que ali havia maior concentração de trabalho escravo empregado nas atividades ligadas, principalmente, ao açúcar, algodão, tabaco e cacau.

**Tabela 2- Comunidades Quilombolas com processos abertos em busca da titulação por região**

NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL
SR - 01 PA 28	SR - 02 CE 26	SR - 04 GO 13	SR - 06 MG 171	SR - 09 PR 37
SR - 15 AM 2	SR - 03 PE 34	SR - 13 MT 69	SR - 07 RJ 30	SR - 10 SC 15
SR - 17 RO 6	SR - 05 BA 139	SR - 16 MS 18	SR - 08 SP 48	SR - 11 RS 79
SR - 21 AP 23	SR - 12 MA 316	SR - 28 DFE 5	SR - 20 ES 9	
SR - 26 TO 29	SR - 18 PB 27			
SR - 30 STM 20	SR - 19 RN 17			
	SR - 22 AL 4			
	SR - 23 SE 24			
	SR - 24 PI 50			
	SR - 29 MSF 25			
<b>TOTAL 108</b>	<b>TOTAL 662</b>	<b>TOTAL 105</b>	<b>TOTAL 258</b>	<b>TOTAL 131</b>

Fonte: [www.incra.gov.com](http://www.incra.gov.com)

Acessado em: 31/10/2013

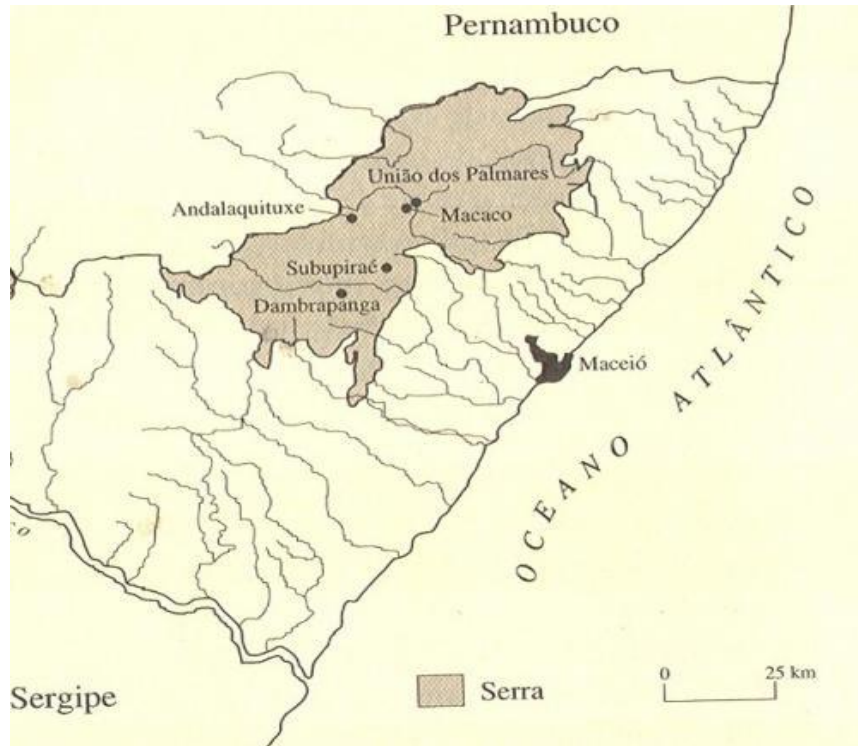
Não podemos falar de quilombos sem destacar um dos maiores<sup>15</sup> que existiram no Brasil: “Palmares”. Palmares significou mais do que um refúgio, nele pessoas se identificavam como seres humanos, uniam-se negros, crioulos, mulatos, índios e até brancos.

Talvez a perseguição a minorias étnicas, como judeus, mouros e outros, além do combate às bruxas, heréticos, ladrões e criminosos possa explicar o fato de que ao menos alguns brancos tivessem decidido viver em Palmares e aparentemente, tivessem sido aceitos pela comunidade rebelde (FUNARI,1996,p. 31).

O Quilombo de Palmares é considerado, por muitos historiadores, o maior de todos os quilombos. Mattoso (1988) descreve que existiam várias cidades dentro da república quilombo e que, em 1643, havia em torno de seis mil habitantes e em 1670 já contava com vinte mil. Esse Quilombo estabeleceu-se na Zona da Mata, no início do século XVII. Na imagem abaixo, pode-se identificar a localização de Palmares e analisar-se sua extensão geográfica

---

<sup>15</sup> Outro grande Quilombo foi o Quilombo de Ambrósio, localizado no atual Estado de Minas Gerais. “Por volta de 1726, as terras de Cristais foram ocupadas por negros fugitivos sob a liderança do Rei Ambrósio. Àquela época, o município recebia o nome de ‘Meia Laranja’ . Conta-se que o Quilombo de Ambrósio chegou a ter mais de 15000 negros, e foi o maior e mais duradouro da história de Minas Gerais. Atacado pela milícia em 1746, a mando da Coroa de Portugal, ocorreu a morte do Rei Ambrósio.Os negros sobreviventes fundaram um segundo “Quilombo de Ambrósio”, esse localizado em Ibiá e Campos Altos – MG, que foi dizimado em 1759. Tarcísio José Martins localizou o documento nº 82129 de 16.12.1759, hoje pertencente ao Centro de Memória Digital da UnB e concluiu que cinquenta líderes quilombolas pertencentes a Ambrósio foram enviados como prisioneiros para o Rio de Janeiro a serem empregados por Gomes Freire de Andrade para trabalhar com desmonte e reconstrução da Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon”. Fonte: [www.historiabrasileira.com](http://www.historiabrasileira.com) › [Brasil Colônia](#) › [Escravidão no Brasil](#). Acessado em 30/09/2013



**Figura 1: Mapa dos sítios no Estado de Alagoas**

Fonte: <http://www.blackpast.org/?q=gah/palmares-ca-1605-1694>.

Acessado em: 15/07/2013

Muitas foram as expedições enviadas pela coroa lusitana para exterminar com os quilombolas, sendo a primeira em 1612. Ao todo foram em torno de 18 expedições entre as portuguesas e holandesas, sendo elas cada vez mais violentas, para, somente em 20 de novembro<sup>16</sup> de 1695, seu rei Zumbi ser capturado e decapitado em praça pública para servir de exemplo aos demais escravos.

### 3.3 Quilombos e Quilombolas no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a escravidão esteve presente em várias regiões, porém, foi nas charqueadas que teve maior destaque. Como já ressaltou-se anteriormente, onde houve escravidão, existiu resistência e, conseqüentemente, quilombolas e formação de quilombos, presença ainda viva nos dias atuais.

<sup>16</sup>Zumbi foi morto em 20 de novembro de 1695 lutando contra os opressores. Zumbi é um símbolo da resistência e da luta contra a escravidão. Atualmente, o dia de sua morte, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra.



O início da colonização no Rio Grande do Sul deu-se através da Coroa espanhola, pois, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, esse território pertencia à Espanha que, com medo de perder o território para os lusitanos, enviou os jesuítas para que junto aos índios guaranis colonizassem as novas terras, formando as reduções<sup>17</sup>.

Portugal vivia, nesse período, uma crise econômica, perdera para a Holanda algumas colônias portuguesas do Oriente, além de realizar concessões com a Inglaterra, fatos que vinham a enfraquecer economicamente a coroa lusitana. De acordo com Maestri (2002, p.128), “em fins do século XVII, a Inglaterra, a França e a Holanda possuíam colônias americanas onde produziam boa parte do açúcar que consumiam ou exportavam”.

Portugal precisava investir em novas fontes de renda e uma delas foi a construção da Colônia do Sacramento às margens do Rio do Prata, o que incendiou a relação entre Portugal e Espanha, pois os lusitanos estavam em terras espanholas. Dentro desse contexto, a caça aos nativos pelos bandeiras determinaram um certo recuo dos jesuítas das terras, porém, mesmo assim as disputas foram intensas entre as Coroa lusitana e espanhola para determinar a quem a Colônia do Sacramento deveria pertencer. Os lusitanos declaravam direitos territoriais. Maestri (2002,p.129) destaca que:

Tal cidadela lusitana, a centenas de quilômetros da mais meridional povoação luso-brasileira, não possuía sentido econômico, exceto o contrabando. Em meados de 1680, a Colônia do Sacramento foi assaltada, tomada e arrasada pelas tropas castelhanas apoiadas por guaranis missionários. Teria início uma disputa que duraria um século.

Os lusitanos contaram com o auxílio do Estado do Rio de Janeiro e também com o apoio da Inglaterra para fundar a Colônia do Sacramento às margens do Rio do Prata, ponto estratégico para continuar os negócios de prata com Buenos Aires. Maestri (1993,p.25) ressalta que, com o contrabando, esperava-se obter o precioso mineral de Potosi que ali circulava. O Brasil, através do Rio de Janeiro, em meados de 1590 e 1630, movimentou às margens do Atlântico, pois além da prata peruana, contrabandeada, a mandioca que provinha desse Estado e também servia de escambo, seguia para os portos africanos, abastecendo

---

<sup>17</sup> “Durante o século XVII, iniciou-se a ocupação sistemática do espaço platino pelos europeus. Os Jesuítas fundaram suas reduções, cuja primeira – *Concepción* – data de 1619, sendo seguidos pelos espanhóis que exploraram outras áreas, ocupadas pela população nativa. Os portugueses também circularam neste território, principalmente através da atuação de comerciantes e de bandeirantes” (REICHEL; GUTFREIND, 1996, p.64).As reduções jesuíticas tinham como “objetivo reduzir o nativo à vida civilizada. [...] A preocupação da monarquia espanhola de conseguir que o indígena abandonasse o nomadismo deve ser completada com o seu não menos interesse em poder contar com a mão de obra barata e abundante. Na região platina, as reduções jesuíticas nasceram no século XVII. [...] No Brasil as mais importantes reduções formavam os chamados Sete Povos das Missões, localizados no sul do país”(AZEVEDO, 1999, p. 384).

Angola. Portanto, não faltavam motivos para o Estado do Rio de Janeiro apoiar Portugal em suas novas investidas.

Após diversos enfrentamentos, tratados e acordos, o território geográfico em que se encontrava o Rio Grande do Sul, passou para a Coroa portuguesa que fez a ocupação de fato. Corroborando com nosso trabalho Maestri (2002, p. 35), afirmando que:

Na segunda metade do século 18, após controlarem o litoral gaúcho, os colonizadores iniciaram a ocupação da bacia do Jacuí, incentivados pelo Tratado de Madrid, 1750, que trocava Sacramento, em mãos portuguesas, pelas regiões missioneiras, dominadas pelos espanhóis. Casais de camponeses foram trazidos dos Açores para ocupar as terras das Missões.

Na ocupação das terras brasileiras os portugueses instalaram capitânias, as quais após a independência do Brasil passaram a ser chamadas de Províncias. O atual Rio Grande do Sul provém da Província de São Pedro que, de acordo com Silva (2008), somente emancipou-se devido ao trabalho escravo nas charqueadas<sup>18</sup> e à produção em massa. Seria impossível que, com a transição das terras do Rio Grande do Sul para os domínios de Portugal, o Estado do Rio Grande do Sul não desfrutaria da mão de obra escrava, porém, é de suma importância destacar que mesmo antes da emancipação, a força escrava já estava presente nas terras do sul sendo que

O escravo negro estabeleceu-se nos atuais territórios gaúchos antes do início da ocupação oficial do Sul (1737). Alguns dos paulistas e lagunenses que, a partir dos anos vinte do século 18 ocuparam os Campos de Viamão, devem ter trazido consigo escravos negros (MAESTRI, 1993, p.26).

As charqueadas ganharam força a partir da descoberta das Minas Gerais no final do século XVII, pois o trabalho nas minas exigia forte alimentação, assim como animais de carga e de transporte, que era um rico produto nas terras do Sul. Maestri (1993) relata que “o gado vacum gaúcho seria originário dos 1.500 animais introduzidos pelos jesuítas na margem direita do Uruguai, em 1634. Nas décadas seguintes, estes animais bravios teriam se disseminado por toda a região”.

Não diferente de outros estados, os grandes proprietários de terras no Rio Grande do Sul utilizaram a mão de obra escrava para diversos propósitos, além de servir de status. Os escravos trabalhavam em atividades urbanas, como carregadores, pedreiros, pintores e em

---

<sup>18</sup>Charqueadas, local onde carneavam o gado, salgando a carne que era distribuída para outras regiões. “As duas principais consequências do desenvolvimento da economia charqueadora foram a valorização do rebanho bovino e o aumento do número de escravos africanos, utilizados como mão de obra preferencial. A charqueada intensificou a utilização da mão de obra escrava no Rio Grande do Sul” (KÜHN, 2004, p. 69)

serviços domésticos, todos sendo movidos pelo sonho de comprar a sua liberdade. Nas atividades pastoris, o uso do escravo também era constante, produzindo cereais, plantando para seus senhores, construindo muros com pedras, conhecidas como taipas. Porém, como já citado acima, foi na charqueada que a escravidão criou fortes raízes, pois foi na busca da solução do problema de carregar o gado até as minas, de exportar a carne, lucrar, que salgar o gado tornou-se uma saída lucrativa, ativando o setor mercantilista. Antes disso, o couro, o sebo e a graxa eram as peças mais importantes retiradas do boi, a carne acabava por estragar-se antes de ser consumida, tornando-se prejuízo.

Parte da atual riqueza gaúcha assenta-se em todo um ciclo econômico permitido pela indústria do charque. Durante mais de 100 anos, esta atividade apoiou-se sobre as costas e o suor anônimo do trabalhador negro escravizado. O que coloca o afro-gaúcho como um dos grandes eixos do desenvolvimento econômico sulino (MAESTRI, 1993, p.39).

Pelotas surgiu como uma das principais cidades produtoras de charque. As propriedades instalavam as charqueadas à beira dos rios, onde a água tornava-se essencial para a matança dos animais e também para o transporte do alimento para outras regiões e portos brasileiros. Logo, os fazendeiros produtores de charque tornaram-se ricos, fazendo com que o Rio Grande do Sul despontasse para o restante do mundo. Porém, a riqueza contrastava com a pobreza do trabalhador braçal escravo, que vivia em péssimas condições. Segundo Gress e Borges (2010, p.26),

Os negros trabalhavam duramente e muitos padeceram os piores castigos. Dormiam em senzalas, eram chicoteados por feitores e não aguentavam o serviço de matar o boi e salgar a carne por muitos anos. Os escravos das charqueadas vestiam apenas um calção de algodão rústico, estavam sempre com as mãos e os pés tingidos pelo sangue do gado. À noite, dormiam acorrentados em senzalas.

Indiferente do país, estado ou região, ser escravo significava pertencer ao outro, servir, viver um processo de aculturação forçada, sendo assim, o desejo de liberdade de um escravo do sul, do Rio de Janeiro, Minas ou São Paulo era o mesmo. Abrindo um parêntese, destaca-se que o negro teve grande participação, não somente com sua mão de obra aqui no Sul, mas com o sonho de buscar sua liberdade participou do Movimento Farroupilha à frente da batalha, representando a categoria de seus senhores, pois, além de serem obrigados a ir a luta, também lhes foram prometidos a liberdade para quem sobrevivesse. Todavia, o movimento Farroupilha não visava a emancipação dos escravos, e sim buscavam acrescentar homens à frente da batalha.

Escravos de senhores sulinos eram entregues para serem explorados por proprietários farrapos. Os senhores farroupilhas cobravam pelos serviços prestados por seus cativos à República. Os negros que lutaram nas tropas sulinas jamais o fizeram a pé de igualdade com os homens livres. Nas tropas farroupilhas negros e brancos marchavam, comiam e dormiam separados. O Império também libertou cativos para combaterem os Farroupilhas e concedia a carta de alforria e passagem para fora do Rio Grande aos soldados negros que desertassem das fileiras farroupilhas ( MAESTRI, 1993,p. 80).

Assim sendo, as formas de resistência no Rio Grande do Sul também foram diversas, rebeliões, suicídio, ataque a seus senhores e muitas outras. Nesse momento, é importante destacar que a formação de quilombos é o foco principal deste trabalho. Assim, no próximo subcapítulo, buscar-se-á conhecer as especificidades de um quilombo remanescente na região de Taquara/RS, o Quilombo do Paredão Baixo, trabalhando sua localização e meios de resistência até os dias atuais. Entretanto, antes de chegar a esse foco, dissertar-se-á sobre os quilombos no Rio Grande do Sul para termos um maior entendimento histórico sobre os quilombolas e Quilombos do Sul do Brasil.

Os motivos da formação dos quilombos gaúchos podem ter sido muitos. O desconhecimento dos caminhos até a fronteira, o controle das estradas e picadas, a pouca vontade de terminar como peão espanhol. Até mesmo o amor pela terra. O certo é que o escravo gaúcho, em maior ou menor número, fugiu, para aquilombar-se nas faldas da serra, no fundo de uma floresta ou na volta de um longínquo arroio (MAESTRI FILHO, 1984, p.126).

### 3.3.1 Resistência e participação na construção do nosso Estado

Quilombos em qualquer região significava liberdade, oportunidade de vivera África dentro de um outro território, resgatar sua identidade, formar família e, para isso, a coragem era primordial aos escravos que a almejavam. Essa coragem vinda dos quilombolas poderia, segundo Maestri Filho (1984), ser de forma consciente ou até mesmo inconsciente, aproveitando brechas, como crises políticas ou guerras em que seus senhores demonstravam alguma insegurança, para então fugir para um quilombo mais próximo ou fazer surgir um novo.

No Rio Grande do Sul, a preocupação dos senhores era ainda maior. Tinha por vezes motivos para tal, pois muitos escravos andavam com facões, ferramentas pesadas, de facas, boleadeiras e também a cavalo, o que inspirava a coragem do escravo. Outra peculiaridade do sul era que a liberdade, muitas vezes, estava ao lado, na fronteira vizinha, onde aí sim os

escravos poderiam alcançar a real liberdade do lado castelhano. Na maioria das vezes, a busca pela liberdade tornava-se um tormento, pois seus senhores perseguiram com a ajuda dos capitães do mato, o seu investimento, a sua propriedade e, quando capturados, não eram poupados de grandes castigos.

O estudo sobre os quilombolas e quilombos no Rio Grande do Sul ainda anda a passos lentos, pois, até pouco tempo atrás, a escravidão no Sul era, perante muitos historiadores, quase insignificante. Porém, novas pesquisas mostram uma outra realidade, que os quilombos existiam sim, com suas peculiaridades e especificidades. Existiam quilombos rurais e urbanos de acordo com o local em que seus senhores estavam instalados ou com o tipo de trabalho que o escravo exercia, pois muitos não eram acostumados com as lides do campo e, com isso, procuravam instalar-se mais perto dos centros urbanos, onde a chance de trabalharem clandestinamente era possível. Maestri Filho (1984, p.128) coloca que “em redor de Porto Alegre, nas ilhas do Guaíba [...], deve ter havido várias concentrações de alguns punhados de escravos e escravas fugidos”.

Infelizmente, a documentação e a historiografia sobre os quilombos do Rio Grande do Sul não são muitos, a bibliografia não é abundante, ainda se caminha para desvendar a localização dos primeiros quilombos. Maestri Filho (1984) mais uma vez corrobora com este trabalho, destacando que as fontes escritas sobre os Quilombos do Sul são poucas. Todavia, são utilizadas outras fontes para o estudo dos quilombos, como por exemplo: nomes de rios, localidades que indicam que ali haviam quilombos, leis, decretos. Flores (2003) também indica que muitos locais recebiam um primeiro nome e junto a ele a palavra quilombo, justificando a presença do mesmo

O quilombo era o local onde se reuniam os negros fugitivos, há vários locais no Rio Grande do Sul com este nome: Ilha do Quilombo, Sanga do Quilombo, Vale do Quilombo, que atestam a resistência do negro à escravidão através da fuga (FLORES, 2003, 116).

Junto a essas informações é imprescindível destacar outras áreas de atuação nessas pesquisas, como, por exemplo, o trabalho dos arqueólogos.

Segundo Bernd, Bakos (1998,p.13), registros de impostos sobre os escravos no ano de 1847, mostram que:

Entre os quilombos que existiram no Rio Grande do Sul, sobre os quais temos dados, podemos apontar o quilombo do negro Lucas, na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande (1883); o quilombo de Pelotas (1835); os quilombos de Rio Pardo (1848) e o de Barba Negra (1829). Todos os quilombos apontados encontravam-se nas localidades consideradas entre as cinco maiores concentradoras de escravos negros no Rio Grande do Sul.

Diferentemente dos quilombos de outros estados, no Rio Grande do Sul, não houve grande concentração de quilombos, pois era, muitas vezes, mais prático fugir para a fronteira do que se arriscar a ser pego por um capitão do mato e sofrer as mais duras penas. De acordo com Maestri (1993, p.68),

Até quase a abolição, o escravismo desempenhou significativo papel no sul. Parcelas do território gaúcho conheceram importantes concentrações de negros escravizados. No entanto, não se registrou quilombos de vulto nestas regiões. O que é fácil de explicar. No Rio Grande do Sul, [...] o cativo tinha uma maneira mais segura de libertar-se: a fronteira. Em territórios gaúchos, as serras abruptas e impenetráveis não eram abundantes. Por outro lado algumas das regiões com essas características eram habitadas por “ferozes bugres”. [...] Nos séculos 18 e 19, no Rio Grande do Sul, dominou a pequena concentração de uma dezena ou pouco mais de fujões. Os primeiros quilombos gaúchos datam possivelmente do início da ocupação lusitana. [...] Na primeira metade do século 18, escravos sulinos fugiam dos seus senhores; na segunda metade, nomeava-se já capitães-do-mato.

Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo foram os locais onde mais se encontravam quilombos no Rio Grande do Sul devido às charqueadas abrigarem o maior número de escravos do Sul, sendo que a mão de obra foi essencial para a produção do charque, como já foi citado anteriormente. De acordo com pesquisas realizadas até então, geralmente os quilombos no Rio Grande do Sul eram pequenos, contavam com 10 a 30 integrantes, sendo na sua maioria homens. Se eles fossem quilombos rurais, plantavam, caçavam, pescavam e os produtos que faltavam realizavam a troca ou rapinagem. Se o quilombo fosse urbano, esse procurava proximidade aos centros urbanos como, Porto Alegre, Rio Pardo ou Rio Grande.

Durante os séculos de escravidão, a luta foi uma constante e, mesmo após a promulgação da Lei Áurea, em 1888<sup>19</sup>, a escravidão persistiu por um longo tempo. Os quilombos acabaram, então, por abrigar muitos negros livres que, de uma maneira ou de outra, tentaram manter viva sua cultura, sendo que a grande maioria dos escravos libertos

---

<sup>19</sup>Lei que decretava o fim da escravidão no Brasil, foi assinada em 13 de Maio de 1888 pela regente Princesa Isabel. **Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888:** Declara extinta a escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os subditos do Império que a Assembléa Geral Decretou e Ella Sancionou a Lei seguinte: Art. 1º É declarada extinta desde a data d'esta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário(SIC) **Publicação:** Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/5/1888, Página 1 (Publicação Original). Fonte: [www2.camara.leg.br/.../Lei/.../Lei-3353-13-maio-1888-533138-publicaca](http://www2.camara.leg.br/.../Lei/.../Lei-3353-13-maio-1888-533138-publicaca). Acessado em 08/09/2013

acabou mudando-se para os centros urbanos, vendendo sua mão de obra e gerando, conseqüentemente, uma grande camada pobre, vivendo à margem da sociedade.

Na atualidade, os quilombos que ainda restaram no sul chamam a atenção de historiadores ou pesquisadores como neste caso, que buscam registrar a história ou fragmentos de histórias de determinadas comunidades quilombolas como é o caso dos Quilombolas do Paredão Baixo que será estudado no próximo capítulo. Segundo os dados fornecidos pelas *Comunidades quilombolas do Rio Grande do sul*<sup>20</sup>,

A Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul informa que existem mais de 130 comunidades quilombolas em território gaúcho. O Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do governo federal já registrava, em dezembro de 2007, a existência de 35 comunidades naquele estado. Atualmente, é possível identificar algumas regiões com grande concentração de quilombos rurais no estado, tais como: o litoral rio-grandense-do-sul (municípios de São José do Norte, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul); a região central (municípios de Restinga Seca, Formigueiro e entorno); e a Serra do Sudeste, a oeste da Laguna dos Patos. A região metropolitana de Porto Alegre abriga pelo menos seis quilombos urbanos.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a situação dos quilombos brasileiros começou a receber um novo olhar, pois inseriu entre seus dispositivos legais o direito a propriedade de suas terras. Hoje, os habitantes dos quilombos são chamados de Remanescentes Quilombolas e carregam junto consigo uma gama de leis que veio a contribuir com as comunidades existentes. Infelizmente, muitas dessas leis não são cumpridas, pois o aparato burocrático é muito grande. Para uma comunidade ser reconhecida como Remanescente de Quilombos, a própria comunidade deve encaminhar um pedido ao INCRA<sup>21</sup>, solicitando esse reconhecimento. Após ser expedido o documento, a luta volta-se, então, para a apropriação real das terras, onde se inicia um processo de Regulamentação Fundiária. Segundo a Legislação Brasileira Art. 68, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Os direitos foram garantidos na Constituição Federal e, mesmo que a passos lentos, as comunidades estão demonstrando uma busca constante por esses. De acordo com o INCRA, só no Rio Grande do Sul, 79 Comunidades Quilombolas aguardam o final do processo de titulação de suas terras.

<sup>20</sup>[http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i\\_brasil\\_rs.html](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_rs.html). Acessado em 20/08/2013.

<sup>21</sup>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Por meio da lista abaixo pode-se constatar que no Brasil há um total de 1.264 comunidades Quilombolas Remanescentes reconhecidas e que aguardam a titulação de suas terras. A maior concentração de Comunidades encontra-se na Região Nordeste, onde, desde os primórdios da colonização e da utilização da mão de obra escrava, houve grande concentração de Quilombos.

Na lista abaixo, segue a relação de Comunidades Quilombolas que aguardam a titulação de suas terras no Rio Grande do Sul.

### **Lista 1- Comunidades de Remanescentes Quilombolas do Rio Grande do Sul**

- 1 54220.000822/2004-67 11/RS Limoeiro Palmares do Sul 1
- 2 54220.001201/2004-09 11/RS Morro Alto Maquiné/Osório 1
- 3 54220.001202/2004-45 11/RS Casca Mostardas 1
- 4 54220.001830/2004-21 11/RS Manoel Barbosa Gravataí 1
- 5 54220.002501/2004-05 11/RS Butiá Butiá 1
- 6 54220.022094/2004-28 11/RS Família Silva Porto Alegre 1
- 7 54220.000082/2005-40 11/RS Anastácia Viamão 1
- 8 54220.000183/2005-11 11/RS Quilombo dos Alpes Porto Alegre 1
- 9 54220.000257/2005-19 11/RS São Miguel Restinga Seca 1
- 10 54220.000258/2005-63 11/RS Rincão dos Martimianos Restinga Seca 1
- 11 54220.000397/2005-97 11/RS Palmas Bagé 1
- 12 54220.000398/2005-31 11/RS Rincão dos Negros Rio Pardo 1
- 13 54220.000399/2005-86 11/RS Redenção do Manoel do Rego Canguçu 1
- 14 54220.000401/2005-97 11/RS Luiz Guaranha e Areal da Baroneza Porto Alegre 1
- 15 54220.001305/2005-96 11/RS Arvinha Sertão 1
- 16 54220.001784/2005-41 11/RS Assentados dos Mormaça Sertão 1
- 17 54220.002341/2005-77 11/RS Cantão das Lombas Viamão 1
- 18 54220.002770/2005-86 11/RS Chácara Barreto (das Rosas) Canoas 1
- 19 54220.001228/2006-55 11/RS Recanto dos Evangélicos e Arnesto Pena Santa Maria
- 20 54220.001249/2006-71 11/RS Cambará Cachoeira do Sul 1
- 21 54220.001413/2006-40 11/RS Sítio Novo e Linha FAO Arroio do Tigre 1
- 22 54220.001414/2006-94 11/RS Júlio Borges Salto do Jacuí 1
- 23 54220.001415/2006-39 11/RS Novo Horizonte e Rincão dos Caixões Jacuizinho 1
- 24 54220.002280/2006-29 11/RS Paredão Taquara 1**
- 25 54220.002359/2006-50 11/RS Peixoto e Botinhas Viamão 1
- 26 54220.000258/2007-25 11/RS Família Fidelix Porto Alegre 1
- 27 54220.000042/2007-60 11/RS Fazenda Cachoeira Piratini 1
- 28 54220.000011/2007-17 11/RS Ferreira Fialho Viamão 1
- 29 54220.000317/2007-65 11/RS Quadra Encruzilhada do Sul 1
- 30 54220.001738/2007-11 11/RS Picada das Vassouras Caçapava do Sul 1
- 31 54220.002093/2007-26 11/RS Macaco Branco Portão 1
- 32 54220.002304/2007-21 11/RS Beco dos Colodianos Mostardas 1
- 33 54220.001451/2007-83 11/RS Olho D'Água e Vó Marinha Tavares 1
- 34 54220.002305/2007-75 11/RS Teixeiras Mostardas 1
- 35 54220.000442/2008-56 11/RS Vovó Isabel Nova Palma 1
- 36 54220.002779/2008-06 11/RS Iguatemi Canguçu 1
- 37 54220.002777/2008-17 11/RS Fávila Canguçu 1



- 38 54220.002780/2008-22 11/RS Passo do Lourenço Canguçu 1  
 39 54220.002778/2008-53 11/RS Potreiro Grande Canguçu 1  
 40 54220.000733/2009-25 11/RS Capororocas Tavares 1  
 41 54220.002560/2009-80 11/RS Tamanduá Aceguá1  
 42 54220.002561/2009-24 11/RS Vila da Lata Aceguá1  
 43 54220.002562/2009-79 11/RS Quilombo do CandiotaCandiota1  
 44 54220.002563/2009-13 11/RS Estância da Figueira Canguçu 1  
 45 54220.002564/2009-68 11/RS Cerro das Velhas Canguçu 1  
 46 54220.002565/2009-11 11/RS Maçambique Canguçu 1  
 47 54220.002566/2009-57 11/RS Serrinha do Cristal Cristal1  
 48 54220.002567/2009-00 11/RS Vó Ernestina Morro Redondo 1  
 49 54220.002568/2009-46 11/RS Várzea dos Baianos Pedras Altas 1  
 50 54220.002569/2009-91 11/RS Solidão Pedras Altas 1  
 51 54220.002570/2009-15 11/RS Bolsa do Candiota Pedras Altas 1  
 52 54220.002571/2009-60 11/RS Algodão Pelotas 1  
 53 54220.002572/2009-12 11/RS Vó Elvira Pelotas 1  
 54 54220.002573/2009-59 11/RS Alto do Caixão Pelotas 1  
 55 54220.002574/2009-01 11/RS Rincão do Quilombo Piratini 1  
 56 54220.002575/2009-48 11/RS Tio Do Santana da Boa Vista 1  
 57 54220.002576/2009-92 11/RS Picada São Lourenço do Sul 1  
 58 54220.002577/2009-37 11/RS Rincão das Almas São Lourenço do Sul 1  
 59 54220.002578/2009-81 11/RS Monjolo São Lourenço do Sul 1  
 60 54220.002579/2009-26 11/RS Torrão São Lourenço do Sul 1  
 61 54220.002580/2009-51 11/RS Coxilha Negra São Lourenço do Sul 1  
 62 54220.002581/2009-03 11/RS Mutuca Turuçu1  
 63 54220.002582/2009-40 11/RS Vila Progresso Arroio do Padre 1  
 64 54220.002583/2009-94 11/RS Madeira Jaguarão 1  
 65 54220.002584/2009-39 11/RS LichiguanaCerrito1  
 66 54220.003376/2009-57 11/RS Cerro da Vigília Canguçu 1  
 67 54220.003377/2009-00 11/RS Rincão do Couro Piratini 1  
 68 54220.003378/2009-46 11/RS Vila Nova São José do Norte 1  
 69 54220.003379/2009-91 11/RS Faxina Piratini 1  
 70 54220.002694/2010-34 11/RS Comunidade Armada Canguçú1  
 71 54220.002976/2010-31 11/RS Comunidade São Roque Arroio do Meio 1  
 72 54220.000246/2011-87 11/RS Anastácia Machado Tavares 1  
 73 54220.000745/2011-74 11/RS São Manoel Piratini 1  
 74 54220.001296/2011-81 11/RS Passo do Araçá Catuípe1  
 75 54220.001402/2011-27 11/RS Costa da Lagoa Capivari do Sul 1  
 76 54220.002537/2011-18 11/RS Rincão dos Fernandes Uruguaiiana 1  
 77 54220.002583/2012-90 11/RS Capão dos Lopes Fortaleza dos Valos 1  
 78 54220.000208/2013-96 11/RS Quilombo do Faxinal Canguçu 1  
 79 54220.000209/2013-32 11/RS Cerro da Boneca Canguçu

Fonte: www.incra.

Acessado em: 15/09/2013

Por meio da lista acima, pode-se constatar o nome das 79 comunidades Quilombolas que aguardam o processo de titulação no Estado do Rio Grande do Sul. Muitas delas aguardam há mais de nove anos o desenrolar dos processos. A maioria dos quilombos, de

acordo com a lista acima, localiza-se na Região dos Pampas e Antigas Charqueadas, que é o caso de Canguçu. Outra Região que se destaca é a Metropolitana, a grande Porto Alegre. Nessa região também está (de forma destacada) a comunidade Quilombola do Paredão Baixo, localizada em Taquara-RS no Distrito da Fazenda Fialho, a qual o próximo capítulo será dedicado.

## **4. O NEGRO E A SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA**

Neste capítulo, pretende-se contar um pouco da história de Taquara, procurando enfatizar a importância do negro nas transformações ocorridas nesse espaço ao longo do tempo, bem como a formação do Quilombo do Paredão Baixo, localizado no Distrito da Fazenda Fialho, que pertence ao município de Taquara. Em seguida, busca-se relatar a história do Quilombo do Paredão Baixo, destacando a Associação Quilombola que atua junto a essa comunidade enquanto instrumento de poder, objetivando obter o título de propriedade definitiva da terra e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social para todos os remanescentes dessa comunidade.

### **4.1. Taquara: História de colonização e empreendimento**

O município que hoje chamamos de Taquara foi, nos seus primórdios, colonizado com os mesmos interesses citados anteriormente neste trabalho com relação a outras regiões, a saber: o de ocupar o sul para garantir a posse do território. Assim, formou-se uma população de variadas etnias, que possuíram as terras tanto por compra, por meio das sesmarias ou simplesmente pela ocupação. Seus habitantes foram responsáveis pela colonização da futura Taquara. Fernandes (2011,p.15) coloca que:

A presença luso-açoriana no território, anterior a colonização europeia no Mundo Novo teve a função de preparar o terreno para o estabelecimento dos colonos que levaram o nome da região para o mundo. Atuaram como uma frente de expansão, de limpeza do terreno que permitiria a ocupação posterior. Percebemos o mesmo com o avanço da ocupação que seguiu o sentido do centro para o leste e nordeste, inserindo-se no mercado geral e na situação proposta por Portugal e depois mantida pelo Império brasileiro.

A frente de expansão foi responsável pela derrubada das matas e preparação de terrenos. Iniciou-se gradativamente o ciclo de valorização de terras.

A frente pioneira se desenvolveu num espaço anteriormente ocupado, isto é, que foi limpo, da presença de outros, instalando-se numa área de ocupação antiga. Nessa frente, o mercado se constituiu na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território. A terra possui valor, é cativa e para adquiri-la é necessário que seja pela compra ou partilha de herança. A criação da Colônia do Mundo Novo, através da organização de um grande empreendimento imobiliário, é reflexo de uma valorização da terra e da necessidade de desembolso monetário maior para aquisição de uma área[...]. A forma de aquisição foi estabelecida pela Lei de Terras de 1850: terras poderiam ser adquiridas apenas por compra. As terras disponíveis estavam em mãos de especuladores que pretendiam lucros financeiros (FERNANDES, 2003, p.318).

Tanto as terras de Santa Cristina do Pinhal como a da Colônia do Mundo Novo fizeram parte de São Leopoldo, no Vale dos Sinos. As terras onde hoje é Taquara pertenciam a Antonio Borges de Almeida Leans, que batizou sua propriedade de Fazenda do Mundo Novo.

A Fazenda Mundo Novo era um estabelecimento agropecuário. Essa afirmação está embasada nas ferramentas (machados, enxadas, foices, serras, serrotes) e animais (oitenta reses de criar, seis bois mansos, dois cavalos mansos, duas mulas, uma égua mansa) declarados. A mão de obra é escrava, tendo cinco escravos (quatro homens entre 28 e 40 anos; uma mulher com 38 anos). Entre as tecnologias, possuem engenho, moinho artesanal, alambique e atafona. Cultivam, conseqüentemente, cana de açúcar, trigo, milho e mandioca (FERNANDES, 2011, p.22.)

O senhor Leans veio a falecer em 1829, com esse episódio as terras foram vendidas a Georg Eggers e Tristão José Monteiro<sup>22</sup> em 20 de junho de 1845. Com essa negociação, as terras que eram chamadas de Fazenda do Mundo Novo passaram a chamar-se de “Colônia do Mundo Novo”<sup>23</sup>. Tristão Monteiro, grande empreendedor e homem de visão, comprou a parte de Eggers, onde, a partir de então, iniciou um empreendimento: a venda de terrenos que também foram chamados de colônias. Segundo Kautzmann (2008, p.46), “a 16 de Maio de 1846, deu-se início à colonização com a chegada dos primeiros colonos, determinando assim o marco inicial da criação e desenvolvimento da atual cidade de Taquara”.

Sobrinho (2008) relata que a atual cidade de Taquara pertencera a Santa Cristina do Pinhal, um dos primeiros municípios do Vale do Paranhana, porém, como o processo de consolidação de Pinhal foi um pouco complicado devido à demarcação de fronteiras, essa, ora pertencendo a Santo Antônio da Patrulha, ora a São Leopoldo e Porto Alegre, houve mudanças no decorrer da história.

<sup>22</sup>Nascido em Porto Alegre no dia 06/07/1816, foi colonizador e político, nomeado benemérito Fundador da Colônia do Mundo Novo. Vendeu lotes aos imigrantes, ótimo homem de negócio. Faleceu no dia 09/07/1892 aos 76 anos em sua residência em Taquara.

<sup>23</sup>Empreendimento imobiliário, em que o colono realiza o sonho da própria terra, concretizando o desejo de seus antepassados ou dele mesmo, ao virem para o Brasil (FERNANDES, 2011, p. 33).

Temos como fato que Taquara se emancipou de Santa Cristina, mas como o município de Santa Cristina perdera sua autonomia política, no ano de 1892, através do Decreto Estadual nº 302, com seu território sendo incorporado ao recém município emancipado de Taquara do Mundo Novo, que ironia ou não, de Santa Cristina havia se originado (SOBRINHO 2008, p.57).

A colônia do Mundo Novo foi uma das primeiras colônias alemãs particulares, de acordo com Fernandes (2008). Em meados de 1824, começaram a chegar os primeiros alemães a São Leopoldo a procura de trabalho, visando substituir a mão de obra escrava pela livre, branquear a raça e ocupar as terras. Porém, São Leopoldo, nos seus primeiros vinte anos, já estava cheia, principalmente com o fim do Movimento Farroupilha e a paz. e então, os colonos começaram a povoar novas áreas para que seus familiares pudessem constituir sua propriedade.

É interessante ressaltar que durante os dez anos em que ocorreu (1835 – 1845) o Movimento Farroupilha<sup>24</sup>, o processo de colonização iniciado pela Coroa Portuguesa cessou, voltando a renovar-se somente com a paz entre o Império e o Rio Grande do Sul, quando então, novas levas de europeus começaram a entrar na Colônia.

Segundo Fernandes (2008, p.40),

A Colônia do Mundo Novo está dividida em loteamentos, denominados de Rio Santa Maria - Margem Oriental, Rio Santa Maria - Margem Ocidental, Fazenda de Tristão Monteiro, Estrada da Serra - Taquara e Estrada da Serra - lado ocidental.

A colônia de Taquara não demorou muito para destacar-se com uma população significativa, em torno de 120 famílias, dispostas do lado direito e esquerdo da estrada geral e na margem direita do rio Santa Maria, sendo essas declaradas por Tristão Monteiro em 1858, conforme Fernandes (2011). Inicialmente, os imigrantes ocuparam suas áreas de forma rústica, desmataram, construíram suas casas e ergueram taipas para dividir suas dependências.

Os colonos geralmente ocupavam as encostas do planalto que eram íngremes. Eles preferiam os patamares e barrancos por considerarem esses lugares mais férteis e fáceis de trabalhar a terra por não ser muito dura, facilitando o trabalho com enxadas e pás, às vezes o arado. [...] Derrubavam matas deixando os jerivás (coqueiros) com testemunho das que ali existiram, pois os mesmos serviram para alimentação e pastagem do gado. Os colonos limpavam o terreno das pedras e com elas fazem o cercamento, a taipa. Mais tarde adotaram cercas de madeira ou de arame (SILVA, RODRIGUES, CONFORTIN, SOBRINHO, 2005, p.23).

---

<sup>24</sup>O Movimento Farroupilha não surgiu da noite para o dia. Na verdade, foi estruturando-se ao longo do tempo pela insatisfação daqueles que eram responsáveis pela manutenção do território, bem como pela economia da província (BASTOS, 2010 p.67).

Nessas terras, formaram-se comunidades na sua grande maioria de alemães, que valorizavam a cultura, a educação formal (escolas) e buscavam diversificar suas profissões. Segundo Fernandes (2011, pg. 27),

As atividades complementares foram compondo o espaço econômico da região. Há torneiros, oleiros, ferreiros, marceneiros, construtores, valeiros, escravos, e homens livres que desenvolveram atividades de produção de embalagens, de telhas, e tijolos, de tábuas, de esquadrias, de móveis, de carroças (veículos da época), os tecelões produtores das embalagens para ensacar a produção, na extração de pedras, na produção de alimentos como farinha de mandioca, biju, polvilho, carnes e leite.

A região de Taquara teve seu desenvolvimento com base inicial agrícola, em que os colonizadores tiveram em um primeiro momento muito trabalho junto às terras, porém, o rio foi um ótimo componente para que a prosperidade andasse junto a essa gente. De acordo com Popp e Reinheimer (2011, p. 127), “o Rio dos Sinos teve, pelo menos até o início de século XX, um papel fundamental na formação de Taquara [...], para a ocupação e para o desenvolvimento da economia [...]. A produção agrícola era distribuída para os grandes centros através da navegação fluvial”.

De acordo com Reinheimer (2005), devido à prosperidade desse povo junto a articulações políticas, a Colônia do Mundo Novo passou a freguesia ou distrito de Santa Cristina do Pinhal, em 27 de maio de 1882, com a denominação de Senhor Bom Jesus do Mundo Novo. Em 17 de abril de 1886, passou de freguesia a vila e, a partir daí, tornou-se independente de Santa Cristina. Já em 18 de dezembro de 1908, alcançou a categoria de cidade. Dias (2008, p.88) ressalta a importância da localização geográfica de Taquara, que oportunizou à localidade um forte impulso econômico:

Taquara do Mundo Novo, debruçada na encosta da serra gaúcha, possui expressiva atividade mantenedora e integradora do comércio nascente e diversificado da região agro-pastoril do Vale dos Sinos com a do rio Paranhana e a serra com os centros de São Leopoldo e Porto Alegre. Importante relação comercial também se dá com Santo Antônio da Patrulha, expressivo centro urbano administrativo [...] ao fim do século XIX e começo do século XX, pode-se conferir que, Taquara, em sua posição geográfica, naturalmente serviu de “encruzilhada”, uma vez que se situa no cruzamento para a serra, para a capital e para outros centros.

Da combinação rural e urbana, nasceram negociações que fizeram com que Taquara despontasse junto a outras cidades. Povoados emergem, assim, como toda uma estrutura em sua volta. A agricultura sempre teve grande importância ao que se refere ao desenvolvimento de Taquara, as grandes propriedades produziam excedentes para comercialização. Logo surgiram casas comerciais, escolas, igrejas, bancos, firmando o espaço Taquarense. Dentro

desse contexto de desenvolvimento e prosperidade, estavam os negros escravos que labutaram junto aos seus senhores.

#### **4.2 Negro: mistura étnica na formação de Taquara**

A colonização de Taquara, como já descrito inicialmente, foi quase que totalmente composta por imigrantes alemães. Todavia, antes disso, as terras já haviam sido habitadas por luso-brasileiros e seus descendentes que, segundo Barros (2005, p.37), “já se dedicavam ao cultivo de cana de açúcar e mandioca para fazer melado, cachaça, rapadura e farinha. O uso da mão de obra escrava era corriqueiro em engenhos, atafonas e plantações, ajudando a movimentar a economia regional”. Portanto, Taquara e cidades vizinhas contaram com o braço do escravo negro na construção e formação da sociedade.

Já relatou-se no subcapítulo anterior que o atual município de Taquara, antiga Colônia do Mundo Novo, separou-se de Santa Cristina do Pinhal. Segundo Fernandes (2003, p. 159), em Santa Cristina do Pinhal entre 1868 e 1870, haviam um total de 2.471 moradores e cerca de “528 famílias formadas, predominantemente, por 2 (20,64%), 3 (14,39% ou 4 indivíduos (14,77%). [...] Há 224 escravos (8,17%) pertencentes a 61 famílias [...]”. Com essas informações, torna-se evidente a participação da mão de obra escrava na construção da futura Taquara.

Santa Cristina do Pinhal serviu como ponto fluvial devido à proximidade da localidade com os rios, e foi através de portos como esse que muitos afrodescendentes entraram nas regiões próximas e foram espalhando-se de acordo com as necessidades regionais.

Infelizmente, não são muitos os registros históricos sobre o passado em relação ao negro no vale do Paranhana, mas, por meio de trabalhos históricos, como o da historiadora Dóris Rejane Fernandes, consegue-se saber mais sobre a participação do negro na história dessa região. Segundo Fernandes (2003), os escravos eram declarados em inventários, pois representavam renda, ou seja, como em qualquer outro estado, o escravo era uma “coisa”, um investimento. Segundo inventários realizados entre 1861 a 1882,

Entre 1865 e 1874, o peso dos escravos é mais significativo [...], na família Espírito Santo, moradores em Santo Antônio da Patrulha, embaixo da Serra, onde o valor do escravo equivale a 97,92% do monte mor do inventário. A família Silva, moradores de Santa Cristina do Pinhal possui o correspondente a 74,72% do monte mor de escravos. A família Padilha, moradores na encosta (Cima da Serra), em Santa Cristina do Pinhal, declara possuir 65,49% de seus bens e escravos. Em Santa Cristina do Pinhal, há alguns possuidores de escravos com porcentagem próxima à metade dos bens: outra família Silva, com 46,92%, a família Oliveira, herdeiros da família Silva, possui 44,5% em escravos, a família Bittencourt Carvalho, moradores à margem do Rio dos Sinos, na mesma vila, declara 46,35% dos bens em escravos, e a família Souza, moradores na encosta superior, em Dezineiro, declara 35,6% em escravaria (FERNANDES, 2003, p.239).

Alves (2009), em sua tese de mestrado, realizou pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e apresenta que, entre 1788 a 1824, em São Leopoldo, o empreendimento da antiga Feitoria do Linho Cânhamo foi realizado com o braço escravo e, mesmo com a proibição desse trabalho, escravos cativos continuaram a imigrar, para São Leopoldo. A mão de obra escrava era necessária para manter o andamento das colônias, que cresciam como fortes produtores de mercadorias externas, conforme fora o desejo inicial da Coroa que, além de fechar as fronteiras, via nas colônias um ótimo investimento para a produção de bens de consumo. A antiga Colônia do Mundo Novo, assim como as outras colônias, necessitava da força e vigor do afrodescendente e, infelizmente, a relação proprietário e escravo não era tão branda como alguns historiadores relatam. Segundo o testemunho de Moça Astrogilda Brito (BARROS, 2005, p. 39), o tratamento dispensado aos escravos mostrava-se de forma negativa:

[...] tinham os escravos, coitado, eles iam buscar água no rio com um barrilzinho na cabeça. A minha avó que mandava, coitado, e daí quando eles estavam chegando pertinho da casa ela ia com a vara nas pernas delas, das escrava, coitadas, com o barril na cabeça não podia correr, porque com o barril de água na cabeça elas caíam no chão, derrubavam toda a água, a vó fazia elas ir buscar água de novo, já! Em tantas horas tem que estar aqui! Quando eles cozinhavam a abóbora com casca e tudo, eles tinham uma área grande nos fundos, de tijolo, eles atiravam para eles comer assim coitados... Então atiravam no chão, coitados comiam cheio de areia... (SIC).

Afirmar que existiu escravidão sem dor, sem desmandos é algo inconcebível. O que se pode observar é que a escravidão variou de acordo com o trabalho exigido dos escravos africanos em certas regiões. Se usar como exemplo o trabalho nas minas, pode-se distingui-lo como extremamente penoso devido às condições dentro das minas, as horas de trabalho exaustivas, os bárbaros castigos, porém, é possível compará-lo a lida das charqueadas, em que as condições de trabalhos também eram péssimas, exigia-se horas e horas de trabalho e ao final do dia, senzalas. Vida miserável a do escravo.



Outro testemunho que também retiro-se da pesquisa de Barros (2005), no que se refere à formação da atual Taquara, sob as lembranças de Lélia Maria Gonzaga Braun corroboram com este trabalho: “[...] ele matou um escravo num dia de verão muito quente, eles botavam no tronco né, eu não sei lá o que o escravo fez que ele botou no tronco e o escravo morreu, no tronco, no sol quente, morreu assim...”.

Mesmo com a abolição, a mão de obra escrava permaneceu nas regiões do sul, tanto que já citou-se no início deste trabalho que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, país que teve como alicerce de sua história o trabalho escravo.

A era das descobertas e a colonização americana permitiram que a produção escravista se alçasse ao nível de grande produção mercantil. A abundância de terras virgens; o desenvolvimento dos meios de transporte, as novas maquinarias, a amplitude do mercado europeu; a produção e o comércio do açúcar, bem de baixo volume e alto valor mercantil, adaptado à produção feitorizada, tudo isso criou as condições para o desenvolvimento do grande latifúndio escravista. No contexto de uma produção escravista extensiva e feitorizada, orientada para o mercado internacional, as condições médias de vida e de trabalho do homem feitorizado constituíram-se a um nível jamais conhecido pela história ( MAESTRI, 1993,p.16-17).

A abolição da escravatura não representou uma liberdade real. Muitos dos escravos permaneceram junto a seus senhores, até porque, segundo o pensamento da época, seus “donos” deveriam ser indenizados por perderem dinheiro com abolição, pois os escravos foram comprados, valores foram investidos e a liberdade representaria a perda de tal investimento.

Antes de qualificarmos como abolicionismo, poderíamos dizer que no Rio Grande do Sul aconteceu uma campanha emancipacionista, pois o objetivo era a compra da liberdade para o escravo, onde fundos arrecadados pelo Partenom Literário, pelas irmandades de negros e pelas festas patrocinadas pelos senhores e senhoras da sociedade gaúcha desempenhavam sua função. Este sentido emancipacionista e indenizador deu margem para os senhores de escravos quererem o direito de indenização vinculado à fazenda, ou pelas perdas causadas com a abolição, utilizando-se de contratos de prestação de serviços, meio pelo qual o negro permanecia vinculado à fazenda, para pagar em até 5 anos seu débito com o senhor (SANTOS, 1997 p.48; apud BARROS, 2005, p.39).

Até que a lei Imperial referente à liberdade dos negros fosse realmente cumprida, irmandades, grupos contrários à escravidão e até mesmo os grandes senhores já organizavam eventos para arrecadar verbas, não que a intenção fosse realmente dar a liberdade aos afrodescendentes, mas sim uma forma de não perder seu investimento, utilizando-se de uma forma camuflada, cumprindo lentamente com a lei Imperial imposta a uma sociedade com base escravocrata.

Com a liberdade, os caminhos foram diversos. Muitos negros foram para os centros urbanos, outros optaram por ficar junto às fazendas de seus senhores, trabalhando nas atafonas, que na época, no caso da Colônia do Mundo Novo, movimentavam o comércio externo, produzindo mandioca. Iolanda Freiburger dá seu testemunho no trabalho de Barros (2005, p.40):

Ganhavam pouco, moravam aí, não pagavam aluguel, o que plantavam comia, tinham leite, criamos um monte, a gente dava aipim, batata, vocês levem o que vocês querem, tinha lenha, o pai pagava pouco, mas tudo que eles queriam eles tinham.

Depoimento como esses mostram a relação de dependência criada entre escravos e seus antigos senhores, o que era necessário, pois a mão de obra escrava de muito era importante, principalmente junto as atafonas, onde se produzia farinha de mandioca, um alimento que mantinha a economia na região.



**Figura 2: Trabalhadores da atafona do Sr. Elpídio Germano Brito, Década de 90**  
Fonte: BARROS, 2005, p.42

A imagem acima refere-se à atafona do Sr. Elpídio Germano Brito, o qual produzia grande quantidade de farinha de mandioca na região que integrava a Colônia do Mundo Novo. Nessa imagem, pode-se analisar a quantidade de negros que trabalhavam junto à atafona, garantindo a produção de farinha e também o seu sustento após a abolição da escravatura.

Com a abolição da escravatura, novos percalços surgiram, um longo caminho deveria ser percorrido para democratizar uma sociedade com bases escravocratas, em que a cor determinava a posição social de cada homem. Amaro (1997, p. 18) coloca que:

[...] o processo de desescravização, sobretudo nas Américas, fez surgir uma nova conjuntura sócio-política, e no seu encaixe, a construção de novos estatutos sociais. A indiferenciação jurídica entre escravos e homens livres, com a abolição, serviu de palco à fixação de uma distinção social renovada, não mais entre escravo e homem livre, mas entre negros e brancos. A distinção era uma questão de cor. Branco, era por definição o não-escravo, o senhor e, sobretudo as pessoas de status elevado. A expressão “negro” ou “preto” era usada para qualificar não apenas os indivíduos mais pigmentados, como também as pessoas pobres, menos instruídas e de ocupações menos prestigiosas. A igualdade jurídica do negro perdia lugar à inferioridade social imposta à cor de sua pele. Nascia a hierarquia social.

Aos poucos, os negros foram buscando espaço, era preciso socializar-se, criar e reformular ambientes em sua nova vida, porém, isso não foi tarefa fácil. Através de Iolanda Brito Freiburger, podemos constatar a clara exclusão ao negro liberto em Taquara:

[...] antes o negro não podia entrar no Salão (Comunidade Católica de Entrepelado), depois tinha duas pistas de dança, antes negro não podia entrar, ficavam na janela olhando, no fim sim, no fundo foi feita uma pista dos negros separada por uma grade (SIC) (BARROS, 2005, p. 40).

Na imagem abaixo, pode-se visualizar a presença do negro no desfile Farroupilha na principal avenida da Cidade de Taquara. Os participantes do evento são todos homens brancos, mas o negro, que se demarcou com um círculo para melhor reconhecimento na imagem, aparece apreciando o acontecimento urbano, caminhando ao lado dos cavaleiros que desfilam.



**Figura 3: Desfile comemorativo ao 20 de setembro (semana Farroupilha), 1906.**

Fonte: acervo FACCAT (2013)

No Brasil, adentraram cativos de várias regiões da África, sendo espalhados pelo território de norte a sul, fato que já se relatou no início do trabalho, sendo assim, seria impossível não haver aqui no Sul uma mistura cultural, linguística e religiosa proveniente desses negros africanos.

De acordo com as pesquisas realizadas por Marcos Aurélio Azevedo (2010), em Taquara, o negro ocupava um lugar subalterno à margem social, mas, mesmo assim, gradualmente, encontrava possibilidades de vivenciar por meio da música momentos religiosos nos Centro de Umbanda ou em Terno de Reis e momentos festivos como o carnaval ou bailes.

A imagem a seguir revela a participação dos afrodescendentes na formação de um conjunto musical, que alegrava os bailes Taquarenses. É importante destacar que a imagem refere-se a presença contemporânea, pós-emancipação escrava, em que o negro buscava inserir-se na sociedade vigente. O baile era uma forma de fortalecer o espaço do negro, de ocupar o mesmo espaço que o branco, em que, nesse momento, as diferenças, mesmo que por determinado tempo, pareciam mostrar-se mínimas.



**Figura 4: Grupo de amigos animando baile no salão da Dona Palmira/1940.**

Fonte: Acervo particular de Loiva Terezinha Coelho Teixeira. In: AZEVEDO (2010, p. 55)

Além da música, a religião sempre esteve muito presente na vida dos afrodescendentes no município de Taquara. Foi um dos caminhos por meio do qual os negros mantiveram viva parte de sua cultura. “[...] O santo deles é todo mesmo santo da Igreja, tanto que o Jesus Cristo é Oxalá na umbanda, os santos é tudo o mesmo, a única coisa que eles separo foi os nomes com medo dos sinhozinhos [...]”(SIC) (ERCI, 2010 *apud* AZEVEDO, 2011,p.167).

Novamente, apresentam-se os escritos de Azevedo (2011, p. 175) para compreender o que a música e a religiosidade representavam para os afrodescendentes:

[...] é em todos estes momentos e espaços como o centro de Umbanda, Terno de Reis, Sociedades étnicas, Salões de bailes e Carnavais, que o negro vai aos poucos demonstrando para a sociedade em geral o fortalecimento de sua identidade, alicerçada, grande parte, na sua habilidade para tocar instrumentos e somando-se a isto a sua capacidade vocal, seu jeito de ser e viver.

Dentro do que escreveu-se até o momento, torna-se evidente a existência da escravidão na antiga Colônia do Mundo Novo, portanto, retoma-se a antiga frase “onde há escravidão há resistência”. E foi na antiga Colônia do Mundo Novo que se instalou uma das formas mais eficientes de resistência, o Quilombo. Na atualidade, o Quilombo do Paredão, como é chamado, pertence a Taquara e está localizado no Distrito da Fazenda Fialho. No

próximo subcapítulo, conhecer-se-á esse quilombo, seus remanescentes que representam hoje uma forma viva de resistência, força e fé, uma comunidade que conseguiu seu reconhecimento como Remanescentes Quilombolas e que busca, na atualidade, seu direito à terra que foi garantido pela Constituição Brasileira de 1988, mas que ainda não foi consolidado.

### 4.3 Quilombo do Paredão Baixo de Taquara

Parte da história do município ficou por muito tempo escondida, até porque a história é, na maioria das vezes, contada pelos vencedores e não pelos vencidos. Felizmente, hoje, historiadores, pesquisadores lançam um novo olhar sobre a parte obscura da história. Nesse momento, faz-se referência aos afrodescendentes e sua participação na construção do país. Hoje, não se tem mais como negar a mistura de cores, aromas e sabores na constituição da sociedade brasileira.

No Distrito da Fazenda Fialho, no município de Taquara/RS, encontra-se a Comunidade Remanescente Quilombola do Paredão Baixo, um dos principais Quilombos existente no município, o qual é o foco deste trabalho.

Nesse momento, é interessante rever o sentido dado atualmente a Remanescente Quilombola. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária<sup>25</sup>,

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Para a Fundação Palmares<sup>26</sup>, “Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”.

<sup>25</sup> [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) .Acessado em 20/08/2013.

<sup>26</sup> Fundação Palmares, formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e política. Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Não são muitos os registros da história do Quilombo Paredão Baixo, porém, por meio dos trabalhos bibliográficos mais contemporâneos com depoimentos orais, laudo antropológico da Comunidade, imagens, documentos pertencentes a Associação Quilombola e constantes visitas no local, foi possível o desenvolvimento desta narrativa. Segundo Machado (2008, p. 1318),

O que se conta é que essa região foi aos poucos sendo habitada por descendentes de escravos negros, e que aos poucos foi se tornando uma comunidade. As habitações feitas de modo bastante rústico de barro e capim, em meio ao mato denso, rodeado por animais silvestres de diversos tipos. Colhia-se frutos da região, mas também, já havia uma incipiente lavoura de milho e feijão, capaz de auxiliar no sustento destas famílias que gradativamente vinha aumentando.[...] Era segundo relato da vó Anita um local bastante isolado [...].

Uma das personagens mais importantes e respeitadas do Quilombo Paredão Baixo é dona Anita, nascida em 1931, com 83 anos. Hoje, ela não mora mais no Quilombo, mas sua casinha está lá, pois costuma passear na Comunidade nos finais de semana. Dona Anita mora, atualmente, na localidade de Morungava e sofre de Alzheimer. Vó Anita, como ficou conhecida, durante o tempo em que residiu na Comunidade Quilombola do Paredão atuava como “benzedeira”. Além de atender o povo local, recebia pessoas de várias localidades que vinham em busca da cura por meio das suas mãos, inclusive descendentes dos senhores proprietários de escravos. Para Moreira (2003, p.249), “não se deve subestimar o trabalho de cativos idosos, que concentravam boa quantidade de informações médicas (ou de cura) de culturas diferentes-africanas e locais”.

Por ser uma personalidade mais antiga, dona Anita possui laços de parentesco com a grande maioria das pessoas da comunidade, portanto, é considerada uma representante legítima dos Remanescentes do Quilombo do Paredão Baixo de Taquara. Pode-se constatar que, na imagem a seguir, Anita era sócia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquara desde 1979, fato esse que mostra claramente a sua ligação com o meio rural, de sua lida diária com o campo, de onde os quilombolas da localidade plantavam e colhiam para a sua subsistência, além de vender o excedente para comunidades vizinhas.





**Figura 5: Imagem de Dona Anita Silva da Rosa – década de 1980.**  
 Fonte: Acervo Anita Silva da Rosa (2013).

O Quilombo do Paredão, que abrigou e abriga grande parte dos quilombolas da localidade, recebeu o nome de Paredão devido às pessoas terem situado-se em um local íngreme, um perau, na divisa com o município de Gravataí (INCRA, 2005)<sup>27</sup>. Segundo estudos, esse Quilombo formou-se logo após a abolição da escravatura, quando os negros foram sendo “soltos” e, desesperados, procuravam um local seguro para esconder-se com medo de serem recapturados. Os escravos pertenciam à antiga Fazenda Fialho (daí o nome de Distrito da Fazenda Fialho), e que tinha sua sede na divisa com Gravataí. “Esse refúgio no mato teria se dado logo após a abolição, quando o carrasco abriu o cativo e bateu nos prisioneiros para irem embora em dois ou três dias”(SIC) (Anita, 2004, *apud* HUBERT, 2005,P.91).

Segundo Hubert (2005,p. 35),

O processo gradual de libertação que vinha ocorrendo desde a década de 1850, seja através de leis específicas (lei do ventre livre, lei dos sexagenários etc.), seja através da criação de impostos sobre a propriedade de escravos, pode ter fomentado a formação das comunidades remanescentes cujos descendentes persistem até os dias atuais.

<sup>27</sup>INCRA-O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que representa a questão agrária no Brasil. Esse documento do qual se retiraram informações foi redigido por Elisângela, representante do INCRA, na questão agrária em Taquara.No que envolve o Quilombo, o documento refere-se ao Processo de Regulamentação do Quilombo Paredão Baixo Taquara RS, que foi enviado à Fundação Palmares para que a comunidade fosse legalizada como Remanescente Quilombola.



É incontestável que alguns quilombos tiveram suas origens após o processo de libertação, porém, no caso do Quilombo do Paredão Baixo, deixa-se aqui algumas dúvidas a respeito de sua origem, contestando de certa forma os relatos de Rubert (2005) citados anteriormente. Em pesquisas mais recentes, surgiram questionamentos sobre a origem desse quilombo. Para buscar as respostas, as visitas à localidade foram tornando-se uma constante. Entre os questionamentos estava a questão da Fazenda Fialho, ou “os Fialhos”, como são chamados pelos moradores do quilombo: será que realmente os donos das fazendas soltaram os negros cativos? Se esses negros foram “soltos”, por que precisaram esconder-se no mato, em um local íngreme, tendo paredões em sua volta?

Por meio de diálogos com os moradores da comunidade, como dona Anita Domingos da Silva, moradora mais antiga do Quilombo a qual já foi citado anteriormente e sua filha Almira, relembra-se o passado escravo além de esclarecer o parentesco e a mistura de sobrenomes que veio a formar os quatro troncos que podem ser constatados nos documentos do CRAS.

As informações colhidas levam a acreditar que, muitas vezes, a história passa por novas interpretações, novos olhares, o que ocorre no caso do Quilombo do Paredão Baixo. Segundo pesquisas, os “Fialhos”, no final do século XIX e no início do século XX, eram donos majoritários da área que hoje se conhece como Fazenda Fialho, a qual, atualmente, conta com moradores vindos de várias localidades, além dos habitantes do Quilombo. Os negros fugiam das senzalas dos “Fialho” e escondiam-se nos matos. O medo era imenso de serem recapturados, pois eram caçados por cães em meio à mata e os que eram levados de volta enfrentavam a “corda”, que era o chicote. A vida na Fazenda Fialho para os escravos era sofrida, com trabalho pesado e constantes castigos. Conta-se que, na fazenda, havia um enorme tronco que ficava num ponto bem alto da propriedade e os senhores mandavam os negros subirem até o topo do tronco e ficar dias após dias a observar os arredores da fazenda para avisar quando a “guarda” se aproximava. Os negros que resistissem o tempo que fosse necessário sem descer nem para se alimentar ou tomar água e conseguisse avisar a chegada dos homens temidos pelos senhores da fazenda eram recompensados com a liberdade. Porém, isso pouco acontecia, pois os negros não aguentavam muito tempo na ponta do tronco e acabavam caindo.

De acordo com as pesquisas realizadas até então, o Quilombo do Paredão foi, inicialmente, formado por negros da Fazenda Fialho para buscar a sua liberdade na tentativa de recomeçar a vida fora das senzalas e longe do trabalho escravo. Os quilombolas escolheram esse lugar específico, onde vivem até hoje, devido aos grandes paredões de difícil

acesso que formavam paredes de proteção, o que lhes dava uma chance maior de não serem capturados.

Com o passar dos tempos, o Quilombo do Paredão Baixo passou a abrigar negros de várias localidades, pois esses acreditavam ser ali um local de segurança. Foram firmando-se no local, criando redes de relacionamento, construindo casas de barro com capim, cultivaram plantações, criação de animais para sua subsistência. Iniciaram, assim, um processo lento de retorno a suas origens, tendo como princípio a liberdade.

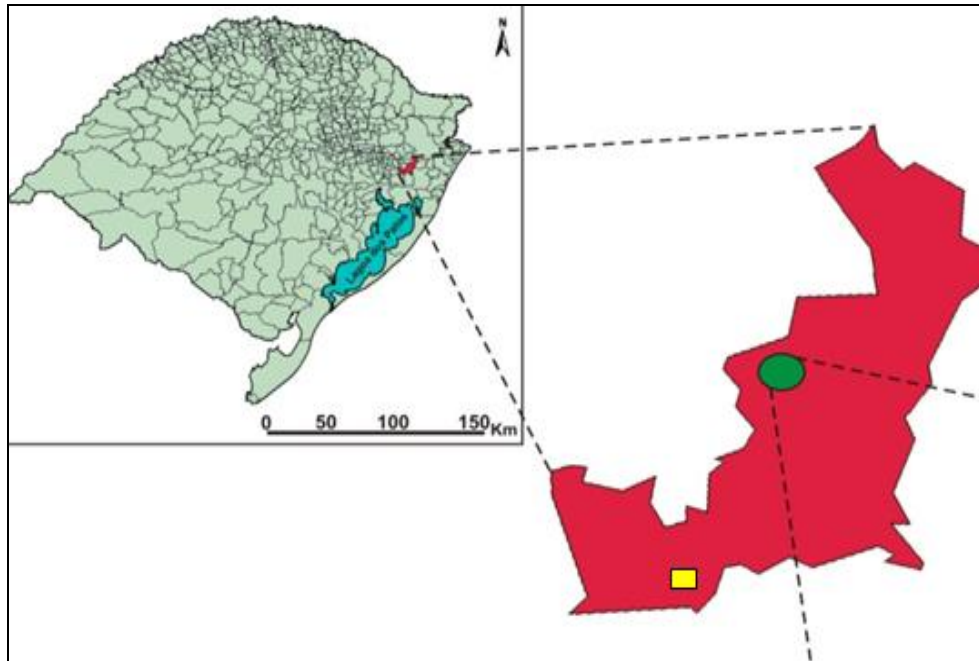
Com o passar dos anos, muitos ex-escravos mudaram-se para áreas urbanas a procura de trabalho, nas quais acabaram por se estabelecerem e não mais retornaram ao Quilombo. Porém, nota-se que, nos últimos anos, ocorreu um aumento populacional representativo. Segundo Hubert (2005, p.90), “esta comunidade é composta por aproximadamente 20 famílias, divididas em dois núcleos de moradores.” Hoje, de acordo com documentação pesquisada junto ao CRAS<sup>28</sup> de Taquara, cuja responsabilidade é da Assistente Social Joaquina Oliveira<sup>29</sup>, o Quilombo do Paredão conta com 64 famílias cadastradas junto ao órgão.

No mapa a seguir, identifica-se o Município de Taquara, em que é demarcada a área urbana e a área onde se localiza o Quilombo do Paredão.

---

<sup>28</sup>O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas sócio-assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência e uma atuação Intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

<sup>29</sup>Assistente Social responsável pelos trabalhos realizados junto a Comunidade Quilombola do Paredão Baixo de Taquara RS (2013).



### Legenda

- Município de Taquara
- Zona Urbana
- Quilombo do Paredão Baixo

**Figura 6: Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para a cidade de Taquara.**

Fonte: MÜLLER, 2010, p. 31

Na imagem seguinte, tem-se a vista aérea parcial do Quilombo do Paredão. A construção demarcada com um círculo é a Associação Comunitária, um órgão de muita importância para os remanescentes.



**Figura 7 : Vista aérea do Quilombo do Paredão Baixo no Município de Taquara RS**  
 Fonte: www.maps google.  
 Acessado em: 18/09/2013

A comunidade do Quilombo localiza-se no Distrito da Fazenda Fialho, no município de Taquara, onde faz divisa com Gravataí. Está a 19 quilômetros do centro urbano da cidade de Taquara. A estrada que dá acesso à comunidade é de chão batido. Percebe-se que os habitantes da Comunidade do Quilombo, acabam por ficar isolados, uma vez que não disponibilizam de transporte público para se locomoverem, havendo apenas transporte até a entrada do quilombo. A questão do transporte é algo que a comunidade reivindica há muitos anos, porém, ainda não foram contemplados, estão aguardando decisão do órgão público competente.

Na imagem a seguir, há outra visão geral da localização do Quilombo do Paredão, onde ,ao centro, marcada por um círculo, está localizada a comunidade.



**Figura 8: Vista aérea do Quilombo do Paredão Baixo no Município de Taquara RS, tendo ao centro a Comunidade Quilombola do Paredão Baixo.**

Fonte: www.maps google. Acessado em: 29/10/2013

Com a Constituição de 1988, os Quilombos ganharam um novo espaço, pois foi inserido o direito territorial para as comunidades Quilombolas. O artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias decreta “Aos Remanescentes das comunidades que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2001, p.160). Infelizmente, o caminho para que as terras pertençam aos quilombolas é árduo e passa por trâmites burocráticos.

#### 4.3.1 Buscando o certificado de Remanescente de Quilombo

A comunidade de Quilombo do Paredão não possui sua territorialidade<sup>30</sup> determinada, ou seja, o artigo 68 da Constituição Brasileira ainda não se tornou realidade para essa comunidade. Porém, os primeiros passos para obter o direito à posse das terras já foram dados. Em 13 de Março de 2007, foi decretado por meio da Fundação Palmares que essa comunidade é Remanescente Quilombola.

<sup>30</sup>Entende-se territorialidade, no caso dos remanescentes quilombolas, como um espaço de terra delimitado e de direito concebido por lei, às famílias remanescentes da comunidade.

Para a comunidade obter esse comprovante, foi necessário autoidentificar-se junto à Fundação Palmares. Para isso, a comunidade Quilombola do Paredão organizou uma Associação e contou com o apoio da Assistente Social Joaquina Oliveira, que acompanha os quilombolas, em vista do “Decreto nº 4.887/2003, Artigo 2º Parágrafo 1º: Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (www.palmares.com).

Juntamente com o pedido de autoidentificação da comunidade quilombola, Joaquina enviou a representante do INCRA nesses assuntos de identificação e território, um relatório contextualizando a história da Comunidade: “Processo de Regulamentação do Quilombo do Paredão Baixo Taquara RS”, que foi organizado no ano de 2004.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2001).

Como fonte para a montagem desse relatório, foi utilizado o trabalho da antropóloga Rosana A. Rubert, que prestou serviço junto ao “Projeto para a sustentabilidade das comunidades Remanescentes de Quilombo no RS”. Rosana realizou um trabalho com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento - Programa RS Rural e EMATER/RS-ASCAR<sup>31</sup>, que, a partir dos dados coletados junto a Comunidades Quilombolas no RS, lançou um livro em 2005 com o título de *Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento antropológico preliminar*. Vários trechos da pesquisa de Rubert, entre eles o depoimento de Breno Fischborn (com 61 anos), que na época era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquara, foram anexados ao documento.

Segundo os mais antigos lá, os meus pais e os meus avós, eles contavam que aqueles negros lá trabalhavam como escravos. O Sr. Breno aponta que este trabalho escravo se dava nas fazendas dos Fialho e dos Soares, duas famílias tradicionais de estancieiros em tempos passados (RUBERT, 2005, p.90-91).

Outras informações resultantes das pesquisas realizadas por Rubert foram importantes para que a comunidade recebesse a sua condição de Remanescente e, em seguida, lutar pela

---

<sup>31</sup>A EMATER/RS-ASCAR é a principal instituição responsável pela elaboração e execução de políticas voltadas para o meio rural do RS. Sua atuação envolve um amplo conjunto de programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural, que compreende ações voltadas para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social, a promoção da cidadania das famílias rurais e a busca da sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões (social, econômica, ambiental, cultural, política e ética).

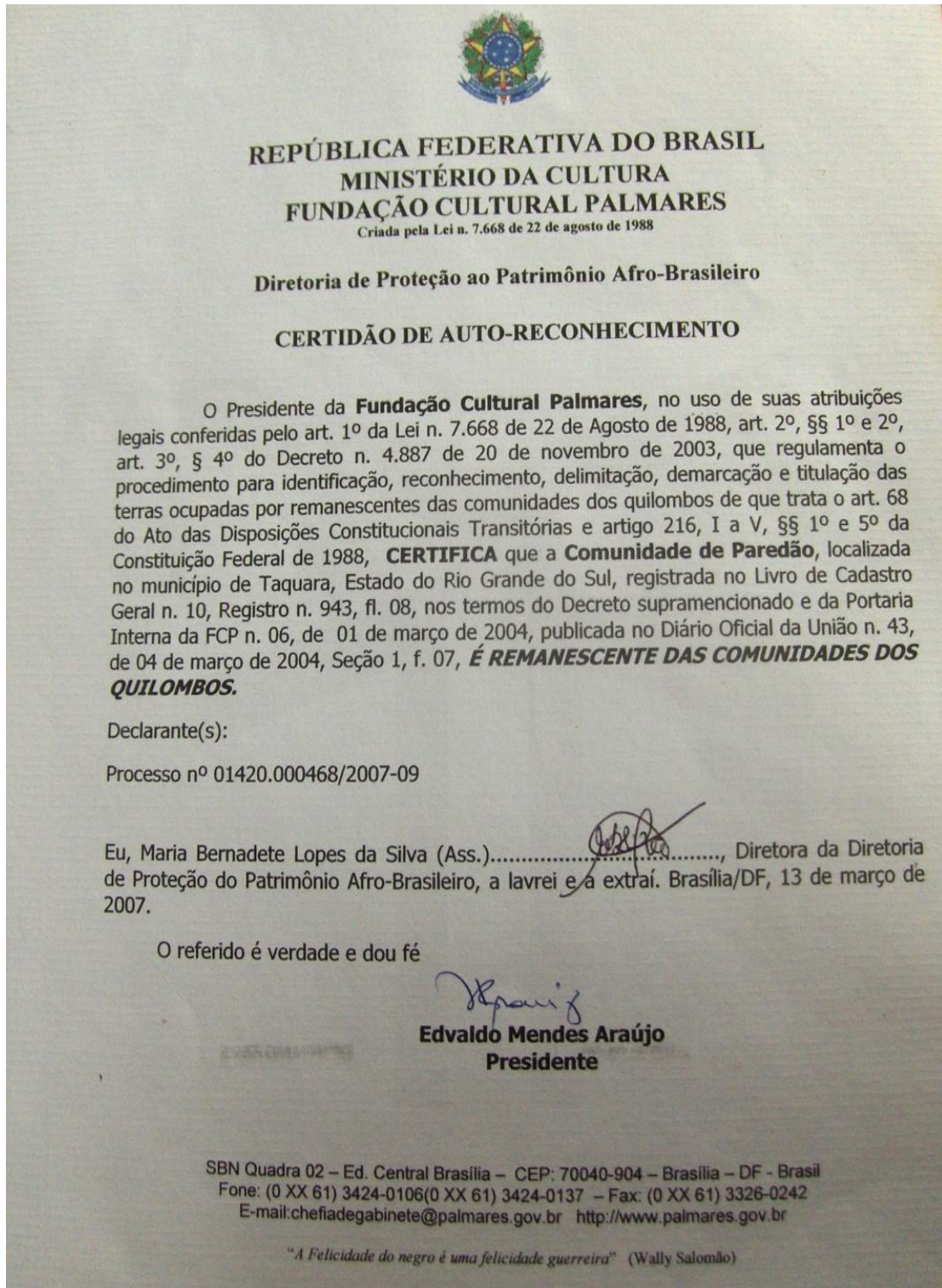
titulação de suas terras. Rubert (2005) destacou em sua pesquisa antropológica que, na época em estudo, os Remanescentes Quilombolas da Comunidade do Paredão Baixo praticavam agricultura em pequenos terrenos, entre elas: cana-de-açúcar, hortaliças, plantas medicinais, feijão milho, bananeiras, batata e mandioca; também criavam gado, porco, marreco e galinha. Além das plantações, alguns remanescentes também trabalham nas atafonas, nas lavouras dos colonos alemães e nas pedreiras. A antropóloga também ressaltou que as casas eram de madeira, que algumas delas possuíam energia elétrica e outras não. No que se refere ao abastecimento de água, esse estava em construção, a água que usavam era oriunda de um poço artesiano construído pela Prefeitura Municipal de Taquara-RS. Um dado muito interessante relatado por Rubert diz respeito à Associação dos moradores, pois ela reunia entre seus integrantes brancos e negro (o que ainda acontece), em que todos recebiam assistência da EMATER. Outra peculiaridade interessante que consta no livro de Rubert refere-se ao cemitério, que, na época de sua construção, fora dividido entre católicos e protestantes e, ao final, entre brancos e negros, o que significava, segundo a autora, a representação da fronteira étnica discriminatória do passado. O marco da separação entre as etnias<sup>32</sup> nesse local era um portão.

A imagem que se insere a seguir é cópia da Certidão de Autorreconhecimento expedida pela Fundação Palmares, em 13 de Março de 2007.

---

<sup>32</sup>A palavra etnia possui muitos significados. O termo surgiu no início do século XIX para designar as características culturais próprias de um grupo, como a língua e os costumes. Para o antropólogo Vancher de Lapouge etnia é um “agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhado, de modo a diferenciar esse conceito de raça (que estava associado a características físicas). Baseado em Weber “uma etnia seria um conjunto de indivíduos que afirma ter traços culturais comuns, distinguindo-se assim, de outros grupos culturais” (SILVA, SILVA, 2008, p. 124).






**Figura 9: Certificado de Remanescente Quilombola, 2007.**

Fonte: Associação Comunitária Quilombola do Paredão Baixo de Taquara, ano 2013

A questão de serem reconhecidos legalmente como Remanescentes Quilombolas foi resolvida. Em relação à medição das terras e o pedido de titulação da mesma está em andamento junto aos órgãos competentes.





Ficha Resumo do Território	
<b>Nome da Terra</b>	Paredão
<b>Nome da(s) Comunidade(s)</b>	Paredão
<b>Município</b>	Taquara
<b>Unidade da Federação</b>	Rio Grande do Sul
<b>População</b>	-
<b>Dimensão Territorial</b>	-
<b>Etapa do processo de titulação</b>	Certidão Fundação Cultural Palmares
<b>Superintendência Responsável</b>	SR 11 Rio Grande do Sul
<b>Data da Última Atualização</b>	17/08/2011

**Figura 10: Ficha de resumo do andamento do processo de titulação**

Fonte: INCRA. <http://www.incra.gov.br/>. Acessado em 27/09/2013

Na ficha de resumo acima, é possível confirmar o pedido de titulação das terras do Quilombo do Paredão. Segundo o que indica a tabela, a última movimentação ocorreu em 17/08/2011, demonstrando a burocracia que envolve esse processo.

Muitas outras comunidades Quilombolas estão espalhadas pelo Brasil a fora, uma grande maioria, como é o caso do Quilombo do Paredão Baixo, já buscaram sua autoidentificação como Remanescentes Quilombolas, outras ainda não iniciaram esse processo. Assim, destaca-se, nesse contexto de autorreconhecimento, a Comunidade de Casca, a primeira Comunidade a obter o seu reconhecimento.

Mediante solicitação de “reconhecimento”, feita ao Governo Federal pelo procurador da República no Rio Grande do Sul, Marcelo Veiga Beckhausen, a Comunidade de Casca tornou-se a primeira área “remanescente de quilombos” em toda a Região Sul (LEITE, 2004, p.28-29).

As principais informações bibliográficas que se tem sobre o Quilombo do Paredão Baixo foram retiradas do livro de Rubert (2005), com informações sobre a Comunidade no ano em que ela realizou a pesquisa que foi em 2004. Hoje, tem-se em mãos documentações, registros e informações recentes e atualizadas sobre essa comunidade que foi cedida pela Joaquina, assistente social da cidade de Taquara, que atende à comunidade remanescente Quilombola, por meio do Programa de atendimento às famílias. A visita realizadas *in loco* também permitiu um vasto conhecimento que o próximo capítulo tratará sobre esse Quilombo nos dias atuais.

#### 4.3.2 Quilombo do Paredão, resistência, luta e envolvimento da comunidade.

A sociedade brasileira ainda é preconceituosa em relação ao afrodescendente, apesar de inúmeras leis, decretos e maior formação educacional, caminha lentamente rumo à igualdade. Segundo Amaro (1997, p 12), “são preconceitos, às vezes muito sutis, que cedo ou tarde vêm acompanhados de atitudes discriminatórias mais graves, podendo levar à violência física ou ao genocídio, quando não controladas a tempo pelos poderes constituídos”. O Brasil é um país rico em diversidade, devido a essas diferenças, a miscigenação mostra a cor da gente brasileira. Uma cor indefinida, uma cor que só aparece aos olhos de quem procura diferenças.

Ao pesquisar sobre o Quilombo do Paredão, buscou-se a diversidade, trazer à tona pessoas que mantêm por meio de muita luta e sabedoria a sua cultura viva. Hoje, o Quilombo do Paredão, que outrora fora refúgio de escravos africanos, está inserido em um contexto maior, vivem o ontem como se fosse hoje, buscando dia a dia seus direitos e também cumprindo seus deveres.

Como já foi citado no subcapítulo anterior, a comunidade já alcançou o reconhecimento por meio da Fundação Palmares de que são Remanescentes Quilombolas, porém, ainda não conseguiu garantir seu direito à terra onde reside e tira seu sustento.

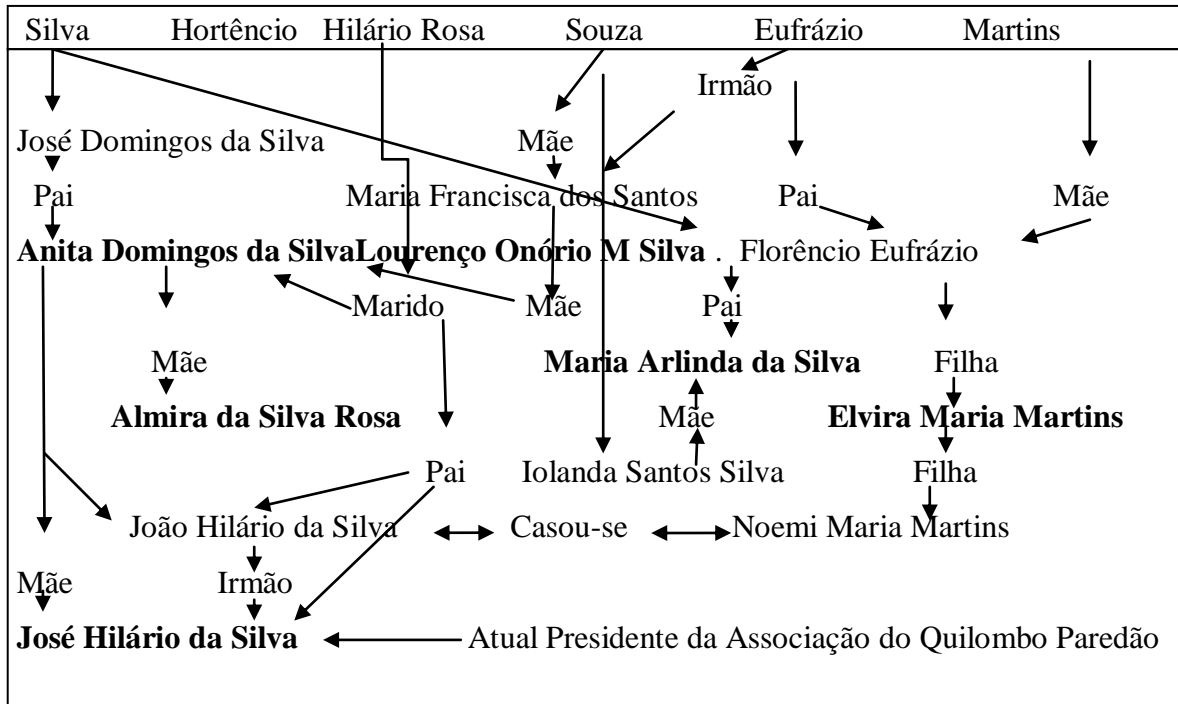
Ao longo dos séculos, as diferentes sociedades têm criado distintas formas de produzir, olhar, conceber, dialogar e utilizar suas produções imagéticas. Ao possibilitar o constante desejo de eternizar a condição humana, por certo transitória, a imagem fotográfica se aproxima de outras iconografias produzidas no passado. Como essas, a fotografia também desperta sentimentos de medo, angústia, paixão e encanto. Reúne e separa homens e mulheres, informa e celebra, reedita e produz comportamentos. Comunica e simboliza. Representa (BORGES, 2011, p.37).

Por meio da documentação disponível no ACRA, do auxílio de Joaquina, assistente social de Taquara que trabalha junto a esse órgão e que atua em diversos projetos com a comunidade quilombola, foi possível realizar uma pesquisa aos registros locais. Com essa documentação em mãos, obtiveram-se maiores informações sobre o Quilombo, como vivem, trabalham, estudam, sobre sua religião e, principalmente, sobre a Associação de Moradores, um órgão legitimador de suas conquistas.

Segundo registros do ACRA (2013), a comunidade conta hoje com 60 famílias, que ocupam uma área verde, subdividida em terrenos entre essas famílias. De acordo com a certidão de identidade (RG) de cada quilombola, foi possível constatar que a origem das famílias ali presentes gira em torno de quatro matrizes: a família Silva, Hilário, Souza e Rosa. Analisando essa documentação, constata-se que são poucas as pessoas de “fora” dessas raízes, que vêm a fazer parte da comunidade. Os habitantes do Quilombo acabam por constituir família, casando-se e gerando filhos entre essas quatro matrizes, fortalecendo os laços entre eles.

Durante a pesquisa de campo, conversou-se com moradores da Comunidade do Paredão Baixo, como a senhora Elvira Maria Martins, uma das habitantes mais antigas do Quilombo que tem hoje em torno de 90 anos, sua idade é indefinida, pois sua mãe não a registro logo que nasceu, por isso dona Elvira não tem certeza de sua idade; com José Hilário da Silva, atual presidente da Associação Quilombola do Paredão; dona Maria Arlinda da Silva; dona Anita, benzedeira da comunidade e que, hoje, mora em Morungava e com sua filha. Dessa forma, pôde-se constatar que havia a família cujo sobrenome era Eufrázio, além dos Martins e Santos, conforme a representação no quadro a seguir.

**Gráfico 2: Árvore Genealógica do Quilombo do Paredão Baixo**  
**Fragments de árvore genealógica de famílias moradoras do Quilombo Paredão**



Fonte: Diálogo dirigido com moradores do Quilombo, 2013 - Acervo particular Andrea Regina Ramos

De posse dessas informações, é possível desenvolver um estudo do tronco familiar acima, dos quatro troncos principais que, atualmente, formam a Comunidade Remanescente Quilombola do Paredão em Taquara. É possível constatar a mistura e os laços que foram formando-se durante as gerações.

Os moradores da comunidade possuem poucas imagens que possam levar a um maior reconhecimento da constituição dessas famílias, mas foi possível ter acesso a algumas das poucas fotografias e, junto a essas, incluem-se imagens atuais, fotografadas durante as visitas a essa comunidade.



**Figura 11: Hortêncio Hilário da Silva**  
 Fonte Acervo particular de Andrea Regina Ramos, 2013



**Figura 12: Lourenço Onório M Silva (1980)**  
 Fonte Acervo particular de Maria Arlinda da Silva, 2013



**Figura 13: Anita Domingos da Silva**  
Acervo particular de Andrea Regina Ramos, 2013



**Figura 14: Elvira Maria Martins**  
Acervo particular de Andrea Regina Ramos, 2013



**Figura 15: Almira da Silva Rosa**  
Acervo particular de Andrea Regina Ramos, 2013



**Figura 16: Maria Arlinda da Silva**  
Acervo particular de Andrea Regina Ramos, 2013



**Figura 17: José Hilário da Silva**

Fonte: Acervo particular de Andrea Regina Ramos, 2013

As famílias que habitam o Quilombo do Paredão sobrevivem de diversas formas, entre elas: economia agro-familiar, serviços gerais para os vizinhos e chacareiros dos arredores, pedreiras; as mulheres realizam faxinas, poucas são as pessoas que trabalham fora do Quilombo. Também foi constatada a existência de uma pedreira, onde, alguns moradores da localidade trabalham e retiram seu sustento.

Na imagem a seguir, constata-se o uso de junta de bois para a agricultura, utilização de força física no preparo do solo, algo muito comum no Quilombo do Paredão Baixo de Taquara-RS.



**Figura 18: Utilização de força animal nas plantações, 2013**

Fonte: Acervo particular de Andrea Regina Ramos

Os moradores da localidade enfrentam muitas dificuldades, uma das principais era a falta d'água. Durante as pesquisas, teve-se acesso aos talões de pagamento de energia elétrica da Associação da Comunidade, os quais haviam sido pagos recentemente e, a partir daí, a comunidade começou a receber água. Por meio da Associação de Moradores, a caixa d'água de cinco mil litros “enche” e, a partir dela, a água abastece a caixa da residência dos moradores. Cada morador possui uma pequena caixa d'água, doada em 2012<sup>33</sup> pela Prefeitura Municipal de Taquara aos moradores do Quilombo. Se a energia elétrica da Associação não é paga em dia, o corte é realizado, automaticamente, a caixa d'água não abastece os reservatórios de água dos moradores do local.

Na imagem a seguir, foi registrado o momento em que os quilombolas receberam do então prefeito de Taquara a doação das caixas de água, em maio/2012, fato que veio a melhorar a vida da população que, até então, dependia de apenas um poço artesiano para abastecer toda a comunidade.

---

<sup>33</sup><http://www.taquara.com.br>. Acessado em 20/09/2013





**Figura 19: Comunidade Quilombola recebendo as caixas de água, 2012**

Fonte: <http://www.taquara.com.br>

Acessada em : 23/08/2013

Se as informações de Rubert (2005) forem comparadas no que se refere à questão da água, pode-se notar que, do ano em que a antropóloga realizou sua pesquisa junto à comunidade que foi em 2004 até o dia em que eles receberam as caixas de água, em 2012, passaram-se oito anos.

A realidade de vida dos quilombolas dessa comunidade mudou muito por meio de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal e do atendimento que Joaquina realiza quinzenalmente a essa comunidade. É oferecida a eles assistência em várias áreas. Um dos problemas resolvidos foi a questão do pagamento da energia elétrica com a verba da prefeitura destinada para esse propósito. Somente com a documentação em dia, a comunidade é beneficiada com projetos governamentais, pois muitos desses somente são possíveis por meio da Associação de Moradores. Segundo depoimento da Joaquina ao site da prefeitura Municipal de Taquara<sup>34</sup>(maio/2013), “além de esclarecerem dúvidas, os representantes solidarizam-se às solicitações, e os anseios da comunidade, encaminhando as demandas à apreciação da secretaria para estudo e propostas de soluções”.

Através do ACRA, os remanescentes do Paredão estão sendo cadastrados ao PRONAF<sup>35</sup>, para que estes possam participar do projeto governamental, do qual receberão sementes, ferramentas e assistência no cultivo e nas plantações. Os remanescentes também são beneficiados com o Bolsa Família para as famílias que têm seus filhos na escola, cursos

<sup>34</sup><http://www.taquara.com.br>. Acessado em: 02/07/2013

<sup>35</sup>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego Brasil. Segundo Instituto da Igualdade Racial<sup>36</sup>,

Art. 2º: É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais (LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010).

Os remanescentes quilombolas do Paredão Baixo tentam manter viva a sua cultura, mas, hoje, tem consciência da necessidade de uma maior integração entre o rural e o urbano. A Constituição Federal do Brasil, em seus artigos 215 e 216, Seção da Cultura, reconhece a importância da Cultura afrodescendente e decreta ao Estado brasileiro o dever de garantir a manutenção integral dos grupos detentores de tais práticas e saberes. Dentro desse contexto de leis favoráveis às Comunidades Remanescentes, os quilombolas buscam seus direitos constitucionais e a devida assistência que lhes é garantida, tanto que participam de fóruns, debates, reuniões que lhes são proporcionados. Segundo o Instituto da Igualdade Racial

Art. 9º: A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

No que se refere à moradia, os quilombolas do Paredão ainda demonstram estarem em um processo de busca por melhoras. Algumas famílias construíram pequenas casas de tijolos com uma melhor infraestrutura, porém, outras estão em condições insatisfatórias, como mostra a imagem a seguir.

---

<sup>36</sup>[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pop\\_negra/estatuto\\_racial.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pop_negra/estatuto_racial.pdf). Acessado em: 17/09/2013





**Figura 20: Moradia de Remanescente Quilombola, ano 2013.**

Fonte: Acervo particular de Andrea Regina Ramos

Também na localidade, existem casas humildes, contudo, com uma outra infraestrutura, de acordo com a imagem a seguir. É possível destacar que quase todas as moradias da comunidade são rodeadas por pequenas hortas, alguns tipos de chás, plantações de aipim e cana de açúcar. Também apresentam junto às casas, animais pastando, criação de galinhas, porco, coelhos e outros animais que servem para a sua subsistência, além de animais de estimação como gato e cachorro. Nota-se que a maioria das casas está cercada, o que permite concluir que há uma nítida delimitação do espaço, transparecendo uma proteção em relação a sua propriedade, além de servir como um repartimento para separar o gado das plantações.

É interessante destacar que as características que são citadas no parágrafo anterior e que dizem respeito à comunidade Remanescente do Paredão Baixo da cidade de Taquara/RS são comuns a qualquer área rural: plantações, criação de animais, espaços demarcados, diferenças no que se refere às moradias, enfim, um quadro típico de uma zona rural.



**Figura21: Casa Quilombola do Paredão Baixo, ano 2013.**

Fonte: Acervo particular de Andrea Regina Ramos

Atualmente, as crianças da comunidade quilombola frequentam a Escola Municipal de Ensino Fundamental Rudi Lindenmeyer, na localidade de Fazenda Fialho, que atende do pré ao 5º ano. Essa escola conta com 56 alunos, dentre eles, em torno de 26 alunos são moradores do Quilombo do Paredão. As professoras dessa escola residem nas localidades vizinhas, como Santa Cruz, Morungava, Gravataí e também na Fazenda Fialho.

A imagem a seguir apresenta a Escola de Ensino Fundamental Rudi Lindenmeyer, o primeiro espaço formal de aprendizagem que as crianças frequentam fora da Comunidade Quilombola do Paredão Baixo onde vivem.



**Figura 22: Escola Municipal de Ensino Fundamental Rudi Lindenmeyer**

Fonte: <http://conferenciainfanto-rs.blogspot.com.br/2013/09/escola-movimentataquilombo-em-taquara-rs.html>

Acessado em: 01/11/2013

A partir do 6º ano até o 9º ano, as crianças passam a frequentar a Escola Municipal Emilio Leichtveis, também no Distrito da Fazenda Fialho. Atualmente, a escola conta 295 alunos, dentre esses, 30 residem no Quilombo do Paredão. Um fato interessante que diz respeito ao quadro de professores da Emilio é que nenhum professor reside no Distrito da Fazenda Fialho. Esses são de Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rolante e zona urbana de Taquara. Após o 9º ano, os alunos precisam frequentar as instituições de ensino no centro da cidade de Taquara, porém, são poucos os alunos que enfrentam essa jornada maior. Atualmente, são em torno de 10 adolescentes que continuam a buscar um ensino na área urbana.

Essa comunidade ainda não alcançou todos os seus direitos constitucionais, mas muitos deles já se encontram em andamento. Durante o trabalho, citou-se por algumas vezes a Associação Comunitária dos Quilombolas do Paredão Baixo, sendo que ela muito colabora com a vida das pessoas dessa comunidade, portanto, o próximo subcapítulo dissertará sobre a mesma.

#### 4.3.3 Associação Comunitária Quilombola do Paredão Baixo de Taquara-RS e sua importância para a comunidade local

A Associação Comunitária do Quilombo do Paredão Baixo em Taquara-RS foi fundada em 05/04/2003, de acordo com documentação pesquisada junto ao ACRA. O primeiro presidente foi uma mulher, Suzana Maria Kemer. A Associação é um órgão registrado, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, seu CNPJ é 06081.195/0001-28, tendo a sede localizada na Estrada do Paredão Baixo, 241, Taquara-RS.

No dia 14/08/2013, foi promovida a eleição<sup>37</sup> da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombo do Paredão Baixo. O evento aconteceu no próprio Quilombo, com a presença do diretor Geral de Assistência Social e Habitação, Jussie Alberto Teixeira, e pela assistente social Joaquina Oliveira. O atual presidente, José Hilário da Silva, foi reeleito e continuará por mais 4 anos. A imagem a seguir registra um dos momentos da votação.

---

<sup>37</sup>[www.taquara.com.br](http://www.taquara.com.br). Acessado 02/07/2013



**Figura 23: Eleição da Associação de Moradores da comunidade Quilombola de Paredão Baixo, Taquara.**

Fonte: [www.taquara.com.br](http://www.taquara.com.br)

Acessado em: 01/11/2013

José Hilário, identificado na imagem por um círculo, assumiu a Associação no ano de 2009, quando seu irmão João Hilário Silva deixou o cargo e José sentiu-se no dever de continuar o trabalho realizado por seu irmão. Todos conhecem José por “Zé”, pois é um dos moradores de uma das famílias mais antigas da comunidade Remanescente. É um afrodescendente que se reconhece e se autoidentifica como tal, sendo que a cor de sua pele é negra e ele é ciente de ser um quilombola, o que para a comunidade tem um grande significado. Segundo Silva, Silva (2006, p.312),

[...] os afrodescendentes, ao se assumirem como negros, estão construindo uma visão positiva de si mesmos, reelaborando sua identidade, em uma atitude de resistência cultural, diferente do sentido pejorativo que possa ter sido construído pelos branco etnocêntrico. No Brasil, negro é afrodescendente e historicamente está associado à instituição da escravidão.

Para os quilombolas, a Associação da Comunidade é um órgão integrador que possibilita aos moradores da localidade firmar sua cultura e etnia. Por meio da Associação, os quilombolas fortaleçam suas raízes e conquistam seu espaço, pois muitos projetos governamentais e assistenciais são propiciados à comunidade quilombola por meio dela, como já foi possível constatar no subcapítulo anterior. A sede da Associação é utilizada para reuniões periódicas, recebe mensalmente um micro-ônibus enviado pela Prefeitura Municipal de Taquara para realizar atendimento médico. Nela, a população participa de cursos e palestras voltados aos afrodescendentes. A associação não possui fins lucrativos, por isso não é cobrado nenhum valor dos seus associados. Uma descoberta interessante e que mostra modificações na comunidade com o passar das décadas é o fato de, hoje, a Associação aceitar somente negros como participantes, diferentemente dos registros do ano de 2004, quando



Hubert (2005) pesquisou a Comunidade Quilombola. Esse fato mostra uma unidade que foi construída durante os anos, servindo como forma de proteção e integração dos negros da localidade.

A Comunidade quilombola realiza, anualmente, uma festa em nome da Associação Quilombola, juntamente com a Igreja local. Nesse dia de festejo, é realizada uma missa, ao meio dia almoço e, à tarde, um baile. Além da comunidade local, a festa é aberta ao público em geral, em que brancos e negros confraternizam, deixando longe os tempos em que o salão de baile era dividido em duas partes (uma para brancos outro para negros). A verba arrecadada é administrada pela Associação da Comunidade que, segundo registros do ACRA, é para melhorias locais para os remanescentes quilombolas.

Após a construção da Igreja e a formação da Associação Comunitária, iniciaram-se algumas atividades dentro da comunidade para arrecadar verba, visando a construção do barracão para a Associação, que foi construído junto à Igreja. No Quilombo do Paredão Baixo, Igreja e Associação estão interligadas, pois a comunidade tem fortes laços com ambas, demonstrando que a fé e a união do grupo são fatores importantes para os Remanescentes do Paredão.

Na seguinte imagem, pode-se ver o prédio da Associação e o José Luiz Hilário da Silva, atual presidente.



**Figura 24: José H. da Silva, junto à Associação Quilombola, ano 2013.**

Fonte: Andrea Regina Ramos

Nesta outra imagem, pode ser visualizado um momento de reunião entre a comunidade, espaço esse onde os quilombolas participaram da reunião com a Assistente Social Joaquina e com Jussie Teixeira para encaminhar demandas que a comunidade acredita ser de maior urgência, assim como discutir outros assuntos. Segundo informações

disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Taquara, essas reuniões costumam ocorrer quinzenalmente.



**Figura 25: Reunião na sede da Associação Quilombola do Paredão Baixo**

Fonte: [www.taquara.com.br](http://www.taquara.com.br)

Acessado em: 01/11/2013

Na próxima imagem, visualiza-se a Igreja São Benedito, onde são realizadas missas quinzenalmente e, ao fundo, encontra-se a Associação Comunitária. O nome da Igreja foi escolhido devido ao Santo Benedito, um santo da Igreja Católica, de cor preta e descendência africana, cujos pais foram trazidos da África como escravos para a Itália. São Benedito foi beatificado em 1763 e canonizado em 1807.



**Figura 26: Igreja São Benedito, localidade do Paredão Baixo de Taquara, ano 2013.**

Fonte: Acervo particular de Andrea Regina Ramos



**Figura 27: Imagem de São Benedito**

Fonte: [w.paroquiadesaobenedito.org.br](http://w.paroquiadesaobenedito.org.br)

Acessado em: 02/11/2013

Os Remanescentes do Paredão Baixo são católicos, pessoas assíduas às missas, foram, na sua grande maioria batizados na fé cristã, assim como a primeira comunhão. Nesta pesquisa, não foi encontrado nenhum quilombola dessa comunidade que seja de alguma outra religião, todos praticam a religião católica. Porém, como já citou-se anteriormente, a comunidade tinha uma benzedeira, a Vó Anita, o que mostra que os remanescentes possuem uma fé além da Igreja em si. Não é de nenhuma estranheza que os afrodescendentes trouxeram suas crenças do continente africano e aqui se misturaram aos “brancos”. Segundo Moreira (2008, p.224),

Senhores de escravos procurando auxílio para doenças junto aos seus próprios escravos ou aos de outros proprietários é um fato que não nos deve espantar. Abundam nos cartórios, registros de cartas de alforria concedidas em agradecimento aos cuidados prestados pelos cativos nas enfermidades da família senhoral.

A Associação Comunitária do quilombo Paredão Baixa de Taquara, através do seu presidente José Luiz Hilário da Silva, propicia à comunidade local a inserção dos remanescentes aos direitos alcançados. José Luiz costuma participar dos seminários, reuniões e palestras que envolvem o tema afrodescendente, trazendo para a comunidade novidades atuais, assim como na luta pelo direito territorial junto aos órgãos competentes. Na documentação que foi pesquisada no ACRA, pode-se constatar o envolvimento da Associação do Quilombo do Paredão em várias instâncias, não somente na questão territorial, mas principalmente na busca de políticas públicas de inclusão social para todos os Remanescentes do Paredão Baixo.

Atualmente, Joaquina, assistente social, está mantendo a situação da Associação regularizada com os seus atendimentos, pois, devido ao povo dessa comunidade ser humilde e de pouca formação, acabam por serem ludibriados por pessoas de má índole, além de não entenderem os trâmites burocráticos ligados a uma Associação e a importância de mantê-la com sua documentação em dia.

A terra é algo crucial para os Remanescentes Quilombolas do Paredão Baixo de Taquara-RS como forma de sustentarem suas famílias, como algo de direito, de valorização cultural, autoidentificação, pois vivem em um contexto de limitações financeiras e resistência. A comunidade caminha a passos lentos. Anos de exclusão deixaram essa população à margem da sociedade. Por meio da Associação, eles adquiriram força, um sentimento de união, tanto que, hoje, homens brancos não são mais aceitos como associados, porém, não são excluídos do seu território. Os brancos são recebidos muito bem pela comunidade quilombola.

Nesse país, avanços devem ser considerados, principalmente quando envolvem o âmbito da educação, segundo a lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003<sup>38</sup>.

Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Somente homologação de leis não é suficiente para mobilizar um país com formação social cuja base teve como mão de obra o trabalho escravo. Trata-se de um reconhecimento nacional, cultural, social e político. Silva (2008, p.207) esclarece que:

[...] discorrer sobre o que foram os quilombos do passado é de extrema importância; na atualidade, recuperar os nichos de resistência negra [...] tornar os pampas um lugar em que o negros também sejam representativos de uma “identidade gaúcha”[...].

Atualmente, influenciados por uma cultura globalizada, os quilombolas encontram-se rodeados por novas oportunidades que, por lei, lhes foram concedidos e que vem ao encontro das necessidades básicas do mundo contemporâneo. Nota-se uma clara assimilação de valores externos que, aos poucos, estão interagindo junto às comunidades remanescentes quilombolas. Porém, também pode-se verificar a força que a comunidade demonstra em se firmar junto à sociedade que os excluiu, não deixando sua cultura afrodescendente apagar-se com o decorrer do tempo.

---

<sup>38</sup>[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acessado em 20/09/2013.



## CONCLUSÃO

A escravidão no país que hoje chamamos Brasil inseriu-se em um contexto de expansões marítimas, visando o fortalecimento de potências e garantindo a posse de territórios. Portugal e Espanha diante de diversos conflitos, acordos e tratados sobre quem deveria ficar com as novas terras descobertas acabam por dividir o novo espaço, sendo que o futuro Brasil passou a pertencer a coroa portuguesa. A partir daí, com a exploração das novas terras, os portugueses implantaram um sistema de mão de obra com base escravocrata, o que para, os portugueses, não era novidade, pois já mantinham negociações com a África.

Na Colônia Brasil, tem-se inicialmente um modelo escravocrata baseado na mão de obra indígena, que se apresentou, em um primeiro momento como um ótimo ponto de partida para organizar e explorar as novas terras. Quando essa mão de obra escrava indígena diminuiu e diante da mudança de interesse português, transformações foram ocorrendo de acordo com as necessidades da época. Dentro desse contexto de novos interesses, foi sendo implantado na Colônia o trabalho escravo africano. Além do trabalho braçal negro de ser de suma importância para a exploração das novas terras, esse também se tornou um negócio lucrativo que movimentou riquezas, principalmente aos grandes proprietários de terras que souberam aproveitar-se da situação para se fortalecerem.

Com a importação de escravos vindos de várias partes da África, como Costa do Golfo de Guiné, de Angola e Moçambique, as fazendas, lavouras de cana de açúcar, café, algodão, tabaco, cacau e também as minas passaram a ser movimentadas com a mão de obra negra. O escravo era apenas mais uma peça de engrenagem para mover essas propriedades, seus senhores os viam como coisas, apenas mais um investimento. Sendo assim, eram explorados de várias formas, como: horas de trabalho que chegavam a dezoito horas diárias, má alimentação e moradia, castigos cruéis, uma aculturação forçada, um sofrimento sem fim que já foi analisado no decorrer deste trabalho.

Percebe-se que a escravidão esteve presentes em vários Estados do Brasil e, no Rio Grande do Sul, não foi diferente, apenas adquiriu particularidades devido à região. No Estado Rio-Grandense, a indústria do charque mostrou-se como a grande patrocinadora do escravismo do Sul, porém, essa mão de obra também fora utilizada para outros fins.

Constatamos que os escravos acabaram por incorporar toda uma cultura que lhe foi imposta, porém, continuaram a manter vivas as lembranças de sua antiga África, pois, dentro

desse processo escravocrata em que a crueldade foi extrema e sem limites, movimentos de rebeldia eram constantes, demonstrando, com isso, que a submissão de um escravo poderia ser rompida. Entre as diversas formas de resistência, a fuga era vista como a reabilitação de algo que lhes foi tirado, uma chance de iniciar uma nova vida com liberdade. Por meio da formação dos quilombos, o sentimento de unidade, fé e esperança firmava-se junto aos negros fujões, que, mesmo cientes da possibilidade de serem recapturados, acreditavam que valia a pena arriscar-se em meio as matas e ou locais de difícil acesso.

Os quilombos espalharam-se por diversos Estados, causando prejuízo e grande movimentação junto aos senhores, que não poupavam esforços para recapturar seu escravo, pois, além de perder seu investimento, sentiam a insegurança e medo da revolta dos quilombolas. Em todos os Estados brasileiros, os quilombos foram combatidos e, em sua grande maioria, destruídos, porém, muitos resistiram até os tempos atuais como exemplo de força e unidade.

No município de Taquara no Rio Grande do Sul, mais exatamente no Distrito da Fazenda Fialho, evidencia-se a presença de escravos negros e, conseqüentemente, a formação de quilombo também ocorreu.

O Quilombo do Paredão Baixo existente na cidade de Taquara, tema deste trabalho, é formado, atualmente, por uma comunidade de 64 famílias, que ocupam uma área ainda não demarcada pelo Incra. Esses remanescentes quilombolas já obtiveram grandes avanços no decorrer de sua história e uma delas foi o certificado de Remanescente Quilombola expedido pela Fundação Palmares. A história desse Quilombo ainda não foi explorada em todo o seu potencial, tanto que fontes bibliográficas são mínimas, porém, constatou-se durante este trabalho que essa comunidade é oriunda de escravos fugitivos da Fazenda dos “Fialhos”, como eram chamados os antigos fazendeiros donos da propriedade onde hoje localiza-se a comunidade quilombola. Os escravos fujões escolheram o local chamado de Paredão Baixo para se refugiarem por esse ser um território em volta a paredões, o que propiciava uma certa segurança aos negros fugidos. Com o decorrer dos tempos, negros escravos de outras localidades começaram a chegar ao Quilombo do Paredão por acreditarem na segurança do local. Os escravos que formaram inicialmente essa comunidade foram perseguidos por seus senhores, que desejavam capturar seu investimento, porém, muitos não retornaram a Fazenda e mantiveram a Comunidade Quilombola viva.

Os remanescentes quilombolas do Paredão Baixo vivem em um contexto rural, onde cultivam plantações, criam animais, mantêm horta com uma variedade de verduras e legumes, e priorizam a plantação de diversos chás, pois acreditam no poder da cura pelas plantas.

Porém, percebe-se que o viver urbano lentamente está se inserindo na vida dessas pessoas. A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, principalmente no que diz respeito ao artigo 68, em que é garantida a posse das terras às comunidades quilombolas reconhecidas, ocorreu um movimento em prol dessas comunidades em todo o país. A partir de então, os remanescentes do Paredão Baixo, por meio de órgãos sociais como, por exemplo, o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) pode ter a oportunidade de se inserir como agente ativo de uma sociedade que, até então, mal os reconhecia, pois, além da garantia de suas terras, a Constituição lhes proporcionou uma gama de direitos sociais, culturais, políticos, religiosos, de educação, que, aos poucos, estão sendo alcançados. No que se refere especificamente à questão do direito territorial, a Comunidade Remanescente do Paredão Baixo está com processo de demarcação de terras junto ao Incra.

Perante esse novo olhar de nossos governantes, as comunidades Remanescentes em todo o Brasil têm acesso a novas possibilidades e uma maior integração social dos mesmos. Perante a nova legislação garantida na Constituição de 1988, a Comunidade do Paredão Baixo sentiu a necessidade de organizar uma Associação Comunitária, para que houvesse uma representação junto aos órgãos competentes.

Foi através da Associação que os quilombolas adquiriram o seu reconhecimento como Remanescentes, firmaram-se como uma comunidade quilombola de fato e, a partir de então, lutam pelo direito territorial. A Associação Comunitária está legalmente registrada e, atualmente, tem como Presidente o senhor José Luis Hilário da Silva, que, junto aos demais quilombolas, realizam diversos momentos de integração na Comunidade, festas, reuniões sociais, palestras, para que a Comunidade mantenha-se unida e integrada, afinal, seus integrantes são de carne e osso, lutam para sobreviver e não querem apenas sobreviver, mas viver melhor, se possível viver bem, comer, beber, dançar, multiplicar-se em número de pessoas e realizações.

Por meio da Associação do Quilombo do Paredão, a comunidade já foi beneficiada com alguns projetos, como exemplo, podemos citar os cursos técnicos que são oferecidos aos moradores da Comunidade, o Projeto Minha Casa, em que novas casas serão construídas para que os quilombolas possam ter um melhor nível de vida. Porém, nota-se que as leis nem sempre são cumpridas, levam-se muitos anos até que ocorra uma transformação de fato em uma sociedade em que a cor determinava sua condição de ser humano. Diante disso, mais uma vez é preciso que a própria Comunidade Quilombola se autorreconheça e busque seus direitos junto aos órgãos competentes, atitude essa que a Comunidade Quilombola do Paredão Baixo está realizando com sucesso, tanto que a grande maioria das crianças da comunidade

frequenta a escola em busca de novos saberes, incentivados pelos pais que, hoje, têm um novo olhar sobre a importância da formação escolar para um futuro próximo.

A questão de um maior registro e reconhecimento da história do nosso Estado no que diz respeito ao negro é um tema que muito pode ser explorado, pois até alguns anos atrás, pouco se pesquisava sobre o negro no RS. No que se refere aos quilombos remanescentes, a historiografia mostra-se falha, uma vez que há um campo muito grande para ser investigado e pesquisado. Todavia, devemos acreditar que a Lei 10.639/03, que estabelece o Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos sistemas de ensino, venha a colaborar para um maior conhecimento de nossa diversidade cultural, contribuindo ao combate ao preconceito e racismo que ainda se mostram presentes em nossa sociedade.

O Quilombo do Paredão, assim como outros existentes em várias regiões do nosso país, além de buscar seu reconhecimento na história do Brasil, luta para manter viva sua cultura afrodescendente, acreditando que é possível haver uma sociedade mais justa e igualitária, em que a cor já não aparece como um preconceito e sim como traço forte de um povo que junto aos brancos construiu esse país e que, hoje, na contemporaneidade, está ciente da sua força e que luta por uma maior igualdade, mesmo tendo a consciência de que as diferenças ainda persistem e de que a cor ainda faz “a diferença”.

## REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades Negras nas Paragens do Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Rita Heloísa. **O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII**. Editora UnB, 1997.
- ALVES, Francisco das Neves, TORRES, Luiz Henrique. **Revolução Farroupilha: História e Historiografia**. Rio Grande: Evangraf, 1994.
- ALVES, Eliege Moura. Presentes e Invisíveis: Escravos em Terras de Alemães- São Leopoldo (1850-1870). *labhstc.ufsc.br/files/2012/09/eliege-moura-alves.doc*. Acessado em 15/09/2013
- AMARO, Sarita. **Negros: Identidade, exclusão e direitos no Brasil**. Porto Alegre: Tchê, 1997.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- AZEVEDO, Marcos Aurélio. Conhecendo, registrando e preservando a cultura musical do Negro no Município de Taquara –RS (1988 – 1940). **Monografia** (Licenciatura em História) – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, 2010.
- AZEVEDO, Marcos Aurélio; SMANIOTTO, Elaine. A cultura Musical do Negro no Município de Taquara: Entre Memórias e Histórias (1888-1940). In: REINHEIMER, Dalva et al. **Caminhando pela Cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.p.166-177.
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004
- BARROS, Paulo Heitor Leal. O mundo do Trabalho. Das senzalas às atafonas: a memória do trabalho escravo e do negro liberto em Taquara. In: REINHEIMER, Dalva.(org.) **Terra Gente e Fé: Aspectos Históricos de Taquara do Mundo Novo**. Taquara: FACCAT, 2005. P.37- 42
- BARROSO, Vera Lúcia. Taquara e Santo Antônio da Patrulha: perdas e ganhos territoriais - fronteiras vivas no passado e presente. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; Barroso Vera Lucia Maciel (Org). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST. 2008.p.84-85.
- BASTOS, Rogério Pereira. **Os Ideais Farroupilhas**. In: Farroupilhas: Ideais, Cidadania, Revolução. Org. MTG. Porto Alegre: Corag, 2010.
- BERND, Zilá, BAKOS, Margarete. **O negro consciência e trabalho**. 2 ed. Porto Alegre: Universidade/ UFRGS, 1998.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2001.

CAMPOS, Pereira Adriana. **Escravidão e liberdade nas barras dos tribunais** <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao09/materia03/texto03.pdf> Acessado em 12/08/2013

CARDOSO, Raul Róis Schefer. A inserção do negro na sociedade branca. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio do; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha.(Org).**RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, Juliana. Os meios de transporte na Colônia do Mundo Novo: dos Tropeiros ao trem. In: SOBINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008.p.86-93.

DELEUZE G. & GUATTARI F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. Rio de Janeiro: Ed 34, 1996.

DREHER, Martin N.(org.) **Histórias de vida e fé**. Luteranos e Luteranas no Nordeste do Rio Grande do Sul. São Leopoldo/RS: Oikos, 2012

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento do Brasil, 2000.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERNANDES, Dóris Rejane. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese de Doutorado. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

FERNANDES, Dóris Rejane. O povoamento pioneiro das terras do Mundo Novo. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. p. 26-32.

FERNANDES, Dóris Rejane. Dos Caminhos de Tropeiros às moradas de favor, às fazendas de Taquara: História do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva et al. **Caminhando pela Cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p.15- 34.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**.7ª , Porto Alegre: Ediplat, 2003.

FOGEL, Engerman, apud, MAESTRI. **Uma História do Brasil Colônia**. Passo Fundo UPS: 2002.

FREITAS, Décio. **Escravidão Brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José & GOMES, Flávio

dos Santos(org). **Liberdade por um Fio:** História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51. Incompleta.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas:** Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio.** História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, José João, GOMES, Flávio Santos. **Liberdade por um fio.** História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 263-290.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial.** 5 ed. São Paulo; Ática, 1988.

GRESS, Denise; BORGES, Luciana. Lida de Campo e Charqueadas. In: Organização Movimento Tradicionalista. **Farroupilhas:** Ideais, Cidadania e Revolução. Porto Alegre RS: Corag, 2010.p.19-30.

KAUTZMANN, Maria Eunice Muller. Taquara e um pouco da sua história. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Raízes de Taquara.** Porto Alegre: EST, 2008. p.44- 47

KLAIN, Eldo. **Colônia do Mundo Novo:** a data de sua fundação. Taquara, RS: FACCAT, 2007.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LEITE, Ilka Boaventur. **O Legado do Testamento:** A Comunidade de Casca em Perícia. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MACHADO, Dirceu. Quilombo. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) **Raízes de Taquara.** Porto Alegre: EST, 2008.p.1.318.

MAESTRI FILHO, José Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul:** A charqueada e a gênese do escravismo Gaúcho. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande o mato é maior.** Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2002

\_\_\_\_\_. **O escravo gaúcho.** Resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. **Uma história do Brasil Colônia.** 3.ed.São Paulo, Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **A servidão Negra.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso:** Uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense S/A, 1988.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão**. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Adivinhações, feitiçarias e curas**: os poderes naturais e sobrenaturais dos negros e a fé dos senhores de escravos (Rio Grande do Sul/ século XIX). *In*: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia; ROSSINI, Miriam(org). Narrativas, Imagens e Práticas Sociais: Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.211-237.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, TASSONI, Tatiane de Souza. **Que com seu trabalho nos sustenta**: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: Experiências Negras no Espaço Urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_**Seduções, Boatos e Insurreições**: Escravas no Rio Grande do Sul na Segunda Metade dos oitocentos. [www.escravidao/eliberdade.com.br/.../moreira%20paulo%20roberto%20s](http://www.escravidao/eliberdade.com.br/.../moreira%20paulo%20roberto%20s). Acessado em 25/08/2013

\_\_\_\_\_**Rio Grande do Sul**: O maior exportador de escravos. Unisinos, 13/05/2006. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/3625-rio-grande-do-sul-o-maior-exportador-de-escravos>. A cessado em 14 ab. 2013, às 22:00 hrs.

MOURA Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática S/A, 1989.

MÜLLER, Alex Juarez. Paisagens urbanas e suas representações fotográficas: cidade de Taquara (1882-1930). **Monografia** (Licenciatura em História) – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, 2010.

NOVAES, Carlos Eduardo. LOBO, César. **História do Brasil para principiantes**: 500 anos de idas e vindas. São Paulo: Ática, 2007.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. Espaços possíveis por onde cartografar quilombos. *In*: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio do; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; (Org). **RS Negro**: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.p. 197-219.

PAIVA, França Eduardo. **História e Imagens**. 2 ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PERRONE Moisés, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p 115-132

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. SP: Autêntica, 2005.

POP, Magnus Samuel; RENHEIMER Dalva. Rios, Flora e Fauna: História Ambiental de Taquara do Mundo Novo. *In*: REINHEIMER, Dalva **et. al. Caminhando pela Cidade**: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2011.p. 124-131.

RAMOS, Andre R. F. **A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.241-265, jul.



2004. Conclusão do curso “Escravidão na América: Debates e Tendências”, no Mestrado em História da UFGO, durante o 2º semestre de 1997. [www.funai.gov.br/.../8-A%20escravida%20do%20indigena%20-%20en](http://www.funai.gov.br/.../8-A%20escravida%20do%20indigena%20-%20en). Acessado em 15/07/2013

REICHEL, Heloísa J. GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: A região platina colonial**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

REINHEIMER, Dalva [et.al.] **Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

REINHEIMER, Dalva. A contribuição Alemã na Formação de Taquara do Mundo Novo. In: REINHEIMER, Dalva (Org). **Terra, Gente e fé**. Aspectos Históricos de Taquara do Mundo Novo. Taquara: FACCAT, 2005, p.57-60.

REIS, José João, GOMES, Flávio Santos. **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUBERT, Rosane A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio do; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; (Org). **RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.p. 165-181.

RUBERT, Rosane A. **As comunidades negras rurais no RS: Um levantamento socioantropológico preliminar**. Porto Alegre: RS RURAL, IICA, 2005.

SANTOS, Joel. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense S.A, 1980.

SILVA, Ângelo [et al.] O Empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In: REINHEIMER, Dalva.(org.) **Terra Gente e Fé: Aspectos Históricos de Taquara do Mundo Novo**. Taquara: FACCAT, 2005. p. 13- 34.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Paulo Sérgio. Mediação Social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio do; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; (Org). **RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p.182- 196.

SILVA, V. A. C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, M. **República em migalhas: história regional e local**. [S. I.]: [s. n.], 1990.p.13

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. Santa Cristina do Pinhal -Taquara do Mundo Novo: Movimento e Emancipação. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. p.55-63.

TIRADENTES J. A. SILVA, Denise Rampozzo,. **Sociedade em construção**. História e cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Gráfica e Editora, 2011.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://www.blackpast.org/?q=gah/palmares-ca-1605-1694> Acessado em 15/07/2013

[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/rs\\_escravidao.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/rs_escravidao.html) Acessado em: 27/09/2013

[crv.educacao.mg.gov.br](http://crv.educacao.mg.gov.br) Acessado em 23/07/2013

<http://www.historia-brasil.com/colonia/tordesilhas.htm>. Acessado em: 17/09/2013

<http://www.palmares.gov.br/quilombola/> Acessado em: 22/07/2013

<http://www.revista.vestibular.uerj.br> Acessado em 23/07/2013

[http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/sobre/Diretrizes\\_2012.PDF](http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/sobre/Diretrizes_2012.PDF)

Acessado em:20/07/2013

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pop\\_negra/estatuto\\_racial.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pop_negra/estatuto_racial.pdf) Acessado em:25/08/2013

<http://www.incra.gov.br/>.Acessado em: 20/08/2013

<http://conferenciainfanto-rs.blogspot.com.br/2013/09/escola-movimenta-quilombo-em-taquara-rs.html> Acessado em: 01/11/2013

[www2.camara.leg.br/.../lei/.../lei-3353-13-maio-1888-533138-publicaca](http://www2.camara.leg.br/.../lei/.../lei-3353-13-maio-1888-533138-publicaca). Acessado em:08/09/2013

<http://www.taquara.com.br>. Acessado em: 02/07/2013

[www.historiabrasileira.com](http://www.historiabrasileira.com) › Brasil Colônia › Escravidão no Brasil. Acessado em: 30/09/2013

[www.paroquiadesaobenedito.org.br/saobenedito.htm](http://www.paroquiadesaobenedito.org.br/saobenedito.htm) Acessado em: 20/10/2013

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acessado em: 20/09/2013.